

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ  
COLEGIADO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**AMANDA THALIA MAREGA**

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E EDUCAÇÃO FÍSICA:  
UMA ANÁLISE NECESSÁRIA PARA A DOCÊNCIA.**

**IVAIPORÃ  
2019**

**AMANDA THALIA MAREGA**

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E EDUCAÇÃO FÍSICA:  
UMA ANÁLISE NECESSÁRIA PARA A DOCÊNCIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (UEM) como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Eduard Angelo Bendorath

**IVAIPORÃ**  
2019

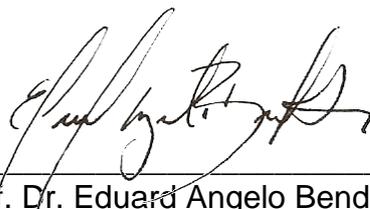
AMANDA THALIA MAREGA

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ANÁLISE  
NECESSÁRIA PARA A DOCÊNCIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado à disciplina Seminário de Pesquisa da Universidade Estadual de Maringá - como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Educação Física.

Aprovado em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

COMISSÃO EXAMINADORA



---

Prof. Dr. Eduard Angelo Bendrath  
Universidade Estadual de Maringá – UEM



---

Prof. Dr. Marcos Vinicius Francisco  
Universidade Estadual de Maringá – UEM



---

Prof. Dr<sup>a</sup> Larissa Aparecida Trindade  
Faculdade de Presidente Prudente - FAPEPE

Dedico esta, bem como todas as minhas demais conquistas, a Deus, por ser essencial em minha vida, aos meus amados pais Nelson e Angelita e a todos os professores que contribuíram para o meu aprendizado. Muito obrigada!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus que iluminou o meu caminho, me dando força e coragem durante esta longa caminhada. Por me sustentar nos momentos mais difíceis.

Agradeço aos meus queridos pais Nelson e Angelita, por terem me apoiado em todas as ocasiões, por terem acreditado e investido em mim, mostrando que não estou sozinha.

Agradeço as minhas irmãs Jéssica e Payla, que se fizeram presente e me incentivaram durante esse processo de formação, sem vocês eu não teria forças para continuar nessa longa jornada.

Agradeço a pessoa com quem amo partilhar a vida, Dyonon, meu amor, meu companheiro. Obrigada pela paciência, pelo incentivo, pelo carinho e por sua capacidade de me trazer paz em momentos tão turbulentos.

Agradeço ao curso de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá Campus Regional do Vale do Ivaí, aos professores que me proporcionaram experiências, contribuindo para a minha formação, e aos meus colegas, pelo incentivo e pelo apoio nesses quatro anos.

Agradeço, em especial, ao meu orientador, pelo apoio, compreensão, paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia. Nossas conversas durante o grupo de estudos foram fundamentais.

Agradeço aos professores que aceitaram fazer parte deste momento tão importante na minha vida. É um prazer recebê-los na banca examinadora.

Agradeço os/as professores/as que conheci durante as entrevistas e colaboraram com a minha pesquisa. E a todos aqueles que de alguma forma estiveram próximos e contribuíram para realização deste trabalho.

Foi graças a todo incentivo que recebi durante esses anos que hoje posso celebrar este marco na minha vida, minha primeira graduação. Muito obrigada a todos/as.

## RESUMO

Este estudo versa sobre o documento “Base Nacional Comum Curricular” (BNCC), e tem como principais objetivos analisar e identificar se os professores que atuam no Ensino Médio, mais especificamente na área de Educação Física, têm conhecimento sobre o documento e o utilizam como referência em suas práticas pedagógicas. Com base nesses objetivos, foram coletados dados por meio de entrevistas semiestruturadas. O estudo caracterizou-se de cunho qualitativo e identificou-se como exploratório, portanto, foram realizadas entrevistas com 10 professores da área de Educação Física, de todos os colégios públicos e privados da cidade de Ivaiporã, PR. Para a realização da análise dos dados coletados, foi utilizado o método de análise de conteúdo. O método consistiu de uma pré análise das gravações e respectiva transcrição, e então, uma leitura exaustiva para melhor compreensão e interpretação da fala dos entrevistados. As categorias foram elaboradas por meio do conhecimento que se baseia a um princípio anterior à experiência. Podemos apontar como considerações sobre o estudo, que os professores de Educação Física que atuam no Ensino Médio, têm conhecimento superficial sobre o documento “BNCC”, e apenas um professor, dos dez entrevistados, afirmou estar introduzindo o documento na construção de seu planejamento. Foi possível identificar também que não foram ofertadas formações continuadas relacionadas à área da Educação Física, e sim apenas alguns debates que abrangeram de forma superficial o contexto do documento. Foi identificado ainda que metade dos entrevistados fazem uso das Diretrizes Curriculares Estaduais para a construção do planejamento curricular, e alguns professores relataram que por trabalharem em colégio privado, fazem o uso apenas de apostilas, que estão vinculadas ao colégio. Nas categorias estipuladas e analisadas nas falas dos/as entrevistados/as, foi possível destacarmos um limitado conhecimento dos mesmos com relação ao documento “BNCC”, porém, não se pôde acarretar a culpa apenas aos professores por não terem tal conhecimento, uma vez que houve também, com base nos dados coletados durante o estudo, a falta de formações na área que subsidiassem e trouxessem para os mesmos maior conhecimento e vivência sobre o referido documento/conteúdo.

**Palavras-chave:** BNCC. Educação Física. Planejamento. Formação continuada. Práticas pedagógicas.

## ABSTRACT

The purpose of this study is to analyse and identify whether teachers working in high school, specifically in the area of Physical Education, have knowledge of the guideline document “Base Nacional Comum Curricular” (BNCC) and use it as a reference in their pedagogical practices. This study utilises data collected through semi-structured interviews in a qualitative nature and was identified as exploratory thus meaning interviews were conducted with 10 teachers in the area of Physical Education of all public and private colleges in the city of Ivaiporã, Paraná. To perform the analysis of the collected data, the content analysis method was used. The method consisted of the first analysis of the interviewer’s recordings and their associated transcripts, followed by a further deeper analysis to deepen understanding and interpretation of the interviewees’ views and viewpoints furthermore categories were elaborated through knowledge that is based on principle prior to experience. The study seeks to evidence that Physical Education teachers working in high school have superficial knowledge about the document “BNCC”, highlighting that only one in ten teachers interviewed are quoted as stating that “they were introduced to the document in the construction of their planning. The study also identifies there was a lack of continues training related to the area of Physical Education with some debates that covered the context of the document superficially being offered in a few areas. It was also identified that half of the interviewees make use of the State Curriculum Guidelines for the construction of curriculum planning, and some teachers reported that by working in private schools, they only use handouts, which are linked to the school. In conclusion the categories stipulated and analysed in the statements of the interviewees, we highlight that there is a superficial knowledge about the document “BNCC” and its associated content thus the blame cannot solely be placed on teachers for not having a deeper knowledge on the subject due to the lack of training with refence to the document/content.

**Keywords:** BNCC. Physical Education. Planning. Continuing Education. Pedagogical Practices.

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b> – Competências Gerais das aprendizagens para a Educação Básica...	15
<b>QUADRO 2</b> – Objetivos de aprendizagem de Educação Física para o Ensino Médio.....	21
<b>QUADRO 3</b> – Dimensões de conhecimento.....	23
<b>QUADRO 4</b> – Plano Nacional de Educação .....	27
<b>QUADRO 5</b> – Caracterização dos entrevistados .....	33
<b>QUADRO 6</b> – Categorias estabelecidas antes e após análise das falas dos entrevistados .....	33

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>BNCC</b>	Base Nacional Comum Curricular
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>CONAE</b>	Conferência Nacional de Educação
<b>CONSED</b>	Conselho Nacional de Secretários da Educação
<b>COPEP</b>	Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
<b>DCNs</b>	Diretrizes Curriculares Nacionais
<b>DCNEM</b>	Diretrizes Curriculares Nacionais para Ensino Médio
<b>ENEM</b>	Exame Nacional do Ensino Médio
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>NRE</b>	Núcleo Regional de Educação
<b>PCNs</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais
<b>PNE</b>	Plano Nacional da Educação
<b>PPP</b>	Projeto Político Pedagógico
<b>UNDIME</b>	União Nacional do Dirigentes Municipais de Educação

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	06
1.1. JUSTIFICATIVA .....	09
1.2. PROBLEMA DE PESQUISA .....	11
1.3. OBJETIVOS .....	12
1.3.1. OBJETIVO GERAL .....	12
1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	13
2.1 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO CURRICULAR	13
2.2 EDUCAÇÃO FÍSICA: A ÁREA DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	18
2.3 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: A DICOTOMIA ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA.....	24
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	31
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	33
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	52
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	54
<b>APÊNDICE A</b> .....	57
<b>APÊNDICE B</b> .....	59

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata-se de um estudo sobre o documento proposto pelo Ministério da Educação, juntamente com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)<sup>1</sup> e o Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED)<sup>2</sup>, que está sendo regulamentado/adequado e apontado como referência para o planejamento dos currículos nas redes de ensino. Portanto, o objetivo desse estudo é analisar a visão dos professores da Educação Física Escolar, referente à implementação da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC). Para tanto, temos como problema de pesquisa a seguinte questão: Os professores que atuam na área de Educação Física Escolar têm conhecimento sobre a BNCC e a utiliza como referencial em suas práticas pedagógicas?

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece o conjunto de aprendizagens em que todos os estudantes, crianças e jovens têm direito. Este documento tem um caráter normativo que define as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver, integrando a política nacional da Educação Básica, contribuindo assim, para o alinhamento de outras políticas e ações, sendo elas no âmbito federal, estadual e municipal.

Ao homologar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, o Brasil inicia uma nova era na educação brasileira e se alinha aos melhores e mais qualificados sistemas educacionais do mundo (BRASIL apud FILHO, 2017, p.5).

Na Educação Básica, as aprendizagens que são definidas na BNCC, devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de competências gerais.

---

<sup>1</sup> “A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1986 e com sede em Brasília/ DF. A Undime respeita e representa a diversidade do país, ao reunir os gestores dos 5.570 municípios brasileiros. Diante de toda a abrangência e capilaridade, são promovidas reuniões, seminários e fóruns. O objetivo é buscar e repassar informação e formação a todas as secretarias municipais de educação, dirigentes e equipes técnicas. ” (UNDIME, 2019).

<sup>2</sup> “Fundado em 1986, o Conselho Nacional de Secretários de Educação é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que reúne as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal. A finalidade do Consed é promover a integração das redes estaduais de educação e intensificar a participação dos estados nos processos decisórios das políticas nacionais, além de promover o regime de colaboração entre as unidades federativas para o desenvolvimento da escola pública. ” (CONSED, 2019)

De acordo com a alteração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), passou-se a utilizar duas vertentes para referir à educação, dadas pela Lei nº 13. 415/2017:

**Art. 35-A.** A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento [...].

**Art. 36.** § 1º A organização das áreas de que trata o *caput* e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino. (BRASIL, 2017; ênfases adicionadas).

Como aponta Silva (2015), a LDB traz como princípio que o Ensino Médio emana da Educação Básica, e que não é recente essa reformulação do currículo, pois após a LDB ter sido confirmada, o Conselho Nacional de Educação (CNE) inicia seu projeto de educação básica por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para Ensino Médio (DCNEM). Consideramos isso então, ações iniciais para a reformulação curricular do Ensino Médio. Contudo, essas ações nos trazem discussões do que estará sendo oferecido nas escolas em que os jovens irão frequentar, sendo a última etapa da educação básica, sendo assim, torna-se relevante que saibamos dos projetos de reformulação que foi exposto por diversas pessoas, dos poderes Legislativo e Executivo.

Nesta seção, consideraremos três momentos em que se evidenciam disputas em torno dos sentidos e finalidades do ensino médio. O primeiro se situa no imediato pós-LDB quando das primeiras Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNEM); o segundo se inicia em 2003 quando da mudança de governo que anunciava novos rumos para a educação e culmina com a produção de novas DCNEM, em substituição às anteriores. Por fim, trazemos um terceiro momento, em que se vê exacerbada a disputa em torno dos projetos para o ensino médio, explicitada na iniciativa da Câmara dos Deputados com vistas a alterar a LDB por meio do PL nº 6.840, de 2013. (SILVA, 2015, p.371).

Ainda, Silva (2015) cita que há outros questionamentos no que diz respeito ao currículo em relação as avaliações nacionais (Prova Brasil<sup>3</sup>, Enem<sup>4</sup>), em que a BNCC está vinculada, pois atualmente os exames sucedem por meio de escolhas em termos de currículo. Porém, os conteúdos determinados para os exames agora, seriam

---

<sup>3</sup> Têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos. (Brasil, 2018).

<sup>4</sup> Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. (Brasil, 2018).

definidos pela Base Nacional Comum Curricular, uma das justificativas para este documento é que garantam maior qualidade em relação as avaliações.

Caminhando nesse sentido, de ter-se uma boa qualidade de educação, cabe às escolas então, contribuir para a formação de jovens autônomos em relação às escolhas de determinadas decisões, e que sejam críticos, sabendo que a crítica é uma forma de compreender os fenômenos naturais e culturais. (BRASIL, 2017).

Nas aulas, tais práticas devem ser abordadas como um fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório, assegurando a construção e a reconstrução de um conjunto de conhecimentos necessários a formação do cidadão, que permitam a participação dos/as estudantes de forma confiante e autoral na sociedade, bem como a ampliação dos recursos para o cuidado de si e dos outros. (BRASIL, 2016, p.99).

Para que isso ocorra, as redes de ensino devem proporcionar projetos, atividades extracurriculares, propostas para iniciar trabalhos e atividades em que irão garantir-lhes experiências, buscando situações em que mostrem tanto os deveres quanto os direitos dos mesmos, propiciando assim, aprendizagens necessárias para uma formação, deixando um vácuo, para que os estudantes percebam que podem intervir e expor aquilo que sabe, harmonizando com os conteúdos que lhes será ofertado, induzindo-os a uma responsabilidade de conduzir as questões que foram deixadas para serem resolvidas, em que irão esforçar-se para exibir algo novo. De modo especial, no Ensino Médio, é importante que a escola contribua para formação dos estudantes, para que compreendam e valorizem as regras que irão organizar a vida em sociedade. (BRASIL, 2016).

## 1.1. JUSTIFICATIVA

A Base Nacional Comum Curricular tem o intuito de diminuir as desigualdades educacionais e a melhorar a qualidade da educação, portanto, essa pesquisa tem como intuito verificar se os professores do componente curricular Educação Física Escolar, tem conhecimento e utilizam esse documento como referência para a elaboração do planejamento curricular para aplicação em suas práticas pedagógicas.

[...] as referidas bases não são metas do Plano Nacional de Educação, mas estratégias para o atingimento de metas de universalização e garantia de conclusão das etapas de escolarização. Se outras estratégias se mostrarem mais adequadas ao atingimento das metas, entendo que ganham prevalência e devem ser usadas (MACEDO, 2015, p.893).

É de suma importância estudos sobre esta temática, para a compreensão do que os docentes desenvolvem em suas práticas educativas e as suas concepções referentes à implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Sabendo que este documento, atualmente é o referencial que está sendo proposto pelo Ministério da Educação (MEC) para reelaboração dos currículos, trazendo uma estrutura de como o professor pode planejar suas aulas.

Por ser acadêmica do curso de Educação Física, na Universidade Estadual de Maringá - Campus Regional do Vale do Ivaí, vejo esta temática com grande relevância, por não conter tantos estudos anteriores que possam subsidiar este assunto voltado para a área da Educação Física.

A Educação Física consta na área de Linguagens para contribuir com os quesitos leitura da linguagem corporal e também as práticas corporais, que são entendidas como meio de comunicação em que não irá expressar apenas ideias, mas também sentimentos e seus valores. Através desse teor expressivo, essas práticas corporais se concretizam como formas de interação entre grupos, em que com sua relação com o mundo, acontecerá interpretações com quem está a sua volta, se inserindo na sociedade e interagindo. Neira e Souza Júnior (2016), abordam que o ponto de vista seguida pela BNCC em relação à Educação Física, é de que todas as ações em que são expressadas, geram um certo significado, tanto para quem está a observar quanto para quem construiu qualquer que seja o movimento, estas ações que trazem significados são do contexto cultural de cada um.

Cada prática corporal propicia ao sujeito o acesso a uma dimensão de conhecimentos e de experiências a qual ele não teria de outro modo. A vivência não é um meio para se aprender outros conteúdos, mas, sim, uma forma de gerar um tipo de conhecimento muito particular, insubstituível. Além disso, para que a vivência seja significativa, é preciso problematizar, desnaturalizar e evidenciar a multiplicidade de sentidos e significados que os grupos sociais conferem as manifestações da cultura corporal de movimento. (BRASIL, 2016, p.100).

Ao observar de maneira geral, ainda existem poucas pesquisas sobre este assunto, no município de Ivaiporã será o primeiro estudo a ser realizado. É importante ressaltar que é algo novo tanto para nós que somos pesquisadores quanto para os professores que estão atuando nas escolas.

O Ensino Médio está em processo de reformulação em questão de currículo relacionado à BNCC, pois já houve outras iniciativas em questão de mudanças, como os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares Nacionais. Portanto o CNE trouxe propostas como organizar o currículo baseado em competências e habilidades. Então uma nova concepção foi firmada, trazendo algumas propostas, sendo as DCNEM, em que cita no Art. 6º (2012), que essas propostas em que são organizadas no currículo, são estabelecidas em conjunto, com a sociedade e também em torno dos conhecimentos e vivências que os estudantes trazem consigo que contribuam para o seu desenvolvimento.

Art. 5o O Ensino Médio em todas as suas formas de oferta e organização, baseia-se em:  
[...] VIII - integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular. (BRASIL, 2012, p. 2).

Por meio do desenvolvimento curricular, deve estar sendo proporcionado uma formação integral desses estudantes, a qual oportunize o contexto entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, considerando uma formação que coincida com a diversidade e características existentes.

## 1.2. PROBLEMA DE PESQUISA

Os professores que atuam na área de Educação Física Escolar no Ensino Médio, realmente têm conhecimento sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a utilizam como referencial em suas práticas pedagógicas?

### 1.3. OBJETIVOS

#### 1.3.1. OBJETIVO GERAL

- Analisar a visão dos professores da Educação Física Escolar, referente à implementação da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC).

#### 1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar como são organizados e construídos o planejamento didático em relação ao componente curricular educação física.
- Identificar se os professores utilizam a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como referência em suas práticas pedagógicas.
- Verificar se há formações continuadas em serviço que possam subsidiar a atuação pedagógica docente de acordo com os pressupostos da BNCC ou outro documento norteador.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO CURRICULAR

Conforme foi determinado pela LDB, o Ensino Médio encontra-se organizado em quatro áreas de conhecimento, sendo, Linguagens e suas Tecnologias (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa), Matemática e suas Tecnologias (Matemática), Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Biologia, Física e Química) e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia). E como foi determinado pela Lei nº 13.415/2017, os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, são detalhados, devendo ser oferecidos nos três anos de Ensino Médio (BRASIL, 2017). Em cada uma dessas áreas, é estabelecido competências específicas, sendo o desenvolvimento oportunizado ao longo de cada etapa.

Essa organização de acordo com a BNCC, não exclui as outras disciplinas, como distingue o Parecer CNE/CP Homologado nº 11/2009.

[...] implicam o fortalecimento das relações entre elas e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo trabalho conjugado e cooperativo dos seus professores no planejamento e na execução dos planos de ensino. (Parecer CNE/CP nº11/2009, p.8).

No início da década de 1980, houve o denominado Movimento Renovador da Educação Física Brasileira, o qual passou a destacar novos rumos para a área. Em 1996, a LDB instituiu que a Educação Física deveria ser integrada como componente curricular, sendo obrigatório na Educação Básica (BRASIL, 2016).

As reformas curriculares no Brasil, vem ocorrendo constantemente, e tiveram iniciativas alguns anos atrás, e com isso foram intensificando-se. As reformas são iniciadas pelo MEC e pelas secretarias de educação, e a cada mudança de governo, tudo é revisto, comumente, a cada quatro anos. Segundo Rodrigues (2016), essas reformas têm características semelhantes com outros países, em que comparam a política de inovação curricular desenvolvidas no Brasil, na Inglaterra e também na Espanha, e o que é reforçado por ela, são os erros, sendo pela descontinuidade, ou seja, a cada quatro anos quando muda o governo ou o grupo político, é iniciada outra

reforma curricular (secretarias de educação e MEC) no entanto, sem avaliações e análises das experiências anteriores.

Como cita Rodrigues (2016), a origem da Base Nacional está unida à Constituição da República de 1988, ao art. 210, em que relata que os conteúdos mínimos serão anexados para o Ensino Fundamental, de forma que se assegure respeito aos valores artísticos e também culturais, regionais e nacionais, para a formação básica. E da mesma maneira a LDB define no art. 26 que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

No entanto nos anos 1997 e 2000, a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, obteve novos objetivos, métodos e conceitos, sendo contextualizados pelos PCNs, porém houve muitas críticas, pela falta de diálogo com os professores e também com a sociedade. Já em um outro contexto, com a mudança de governo, foram lançadas as DCNs, no ano de 2009 a 2011, o que nos é notável, ambos foram levantados e estabelecidos como parâmetros e diretrizes que foram utilizadas como referências para a organização do planejamento das escolas, e também para a elaboração de livros didáticos.

Os Parâmetros Curriculares foram criados em 1997, são diretrizes elaboradas pelo Governo Federal, que têm como objetivo subsidiar e orientar a elaboração de uma proposta curricular, também visa a formação continuada dos professores, a produção de livros e avaliação do sistema de Educação, não sendo obrigatória por Lei, até a definição das Diretrizes Curriculares. Já as DCNs são normas obrigatórias para a Educação Básica, que visam a orientação do planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino, assegurando a formação básica, tendo base na LDB, definindo diretrizes e competências para cada etapa da educação (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), norteados os currículos.

Mesmo sendo referências centrais, ainda não proviam elementos suficientes para a construção da organização curricular. Então, no ano de 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado pela Lei 13.005, o qual continha 20 metas, e dessas

metas, 4 discorriam sobre a BNCC. Para que a Base Nacional fosse integrada às redes de ensino, no mesmo ano, a Conferência Nacional de Educação (CONAE) produziu um documento para que houvesse o processo de mobilização. Foi realizado um seminário em que foi publicada uma Portaria convocando os Especialistas para a elaboração das propostas da Base Nacional Comum Curricular.

No ano de 2015, mais de cem pessoas foram convidadas para trabalhar no processo de construção da primeira e segunda versões da BNCC, na área da Educação Física foram instituídos seis professores da Educação Básica e seis professores universitários, tendo um assessor também do Ensino Superior. Cada decisão tomada, foi com o consenso do grupo, através de debates, críticas, argumentos, etc. (NEIRA; SOUZA JÚNIOR, 2016).

A BNCC orienta competências a serem seguidas em que o docente irá basear-se, para construir o planejamento curricular, buscando considerar os aspectos citados no documento, sendo as habilidades, valores e atitudes, conhecimentos, para que saibam deliberar as questões que aparecem na vida, no dia a dia. Essas competências são referências para o que é necessário, e essencial aprender. No documento nas páginas 9 e 10, constam 10 competências gerais das aprendizagens para a Educação Básica, a qual são mostradas no quadro abaixo:

#### **Quadro 1 – Competências Gerais das aprendizagens para a Educação Básica.**

1	Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2	Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3	Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4	Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5	Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações,

	produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6	Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7	Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8	Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9	Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10	Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Fonte: Brasil, 2017.

Este documento define que aprender requer mais do que acumular informações, é ter autonomia para decidir e tomar decisões, em que estará buscando solucionar problemas, sendo proativo e convivendo com as diversidades existentes, garantindo a todos uma série de desenvolvimento e aprendizagens que se têm direito.

A produção científica sobre o tema vem mostrando que os currículos, de alguma maneira, interferem na constituição das identidades dos sujeitos da educação, não só das crianças, jovens e adultos que frequentam a escola, mas também dos profissionais que nela atuam. Assim, admite-se que percorrer a trajetória escolar deixa marcas profundas nas pessoas; logo, todos nós fomos produzidos também pelos currículos que percorremos nas escolas que frequentamos, fomos subjetivados por tudo aquilo que nos foi ensinado e do modo como foi ensinado. (NEIRA; ALVIANO JÚNIOR; ALMEIDA, 2016, p.32).

Em um contexto sobre igualdade, equidade e diversidade, os sistemas de ensino devem elaborar currículos que supram as necessidades e também as possibilidades dos discentes, assim como suas identidades culturais e étnicas. Nessa perspectiva, o papel que a BNCC fundamenta, é de que todos desenvolvam as aprendizagens essenciais, as singularidades sob qual a igualdade educacional deve considerar e que concretize o direito de aprender. No decorrer dessa jornada, houve enormes

desigualdades sociais, em relação ao acesso à escola, também a permanência deste estudante, seja por condições socioeconômicas, e diante disto, os planejamentos devem ser elaborados levando em consideração as necessidades de cada um. Portanto, o foco se dá na equidade, que implica o reconhecimento, de que cada estudante tem necessidades diferentes. (BRASIL, 2017).

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. (BRASIL, 2017, p.19).

O documento em si, não traz métodos em que defina como a aula deve ocorrer, muito menos qual material utilizar, o que supõe são objetivos, que cabe aos docentes também com seu conhecimento científico, criar, adaptar, e a partir de sua criatividade desenvolver um trabalho pedagógico coletivamente que ampliem o conhecimento dos estudantes. Como cita Neira, Alviano Júnior e Almeida (2016, p.39):

É evidente que se está falando de uma escola que tenha como princípio a gestão democrática que também alcança a sala de aula, ou seja, professores e professoras debatendo, pensando, elaborando os seus projetos didáticos a serviço da formação de um determinado cidadão. Um cidadão que possa, na sua passagem pela escola, isto é, através do currículo, aprofundar os conhecimentos que adquiriu nas experiências da cultura e interagir com os saberes sistematizados, quer seja do campo da filosofia, da arte, da educação física, da matemática, das ciências, da língua portuguesa ou estrangeira, etc.

É necessário que os professores conversem, trabalhem juntos, para que consigam elaborar propostas que façam com que os jovens que irão sair dessa última etapa, formem-se cidadãos críticos, autônomos, que façam a diferença no mundo, com os conhecimentos adquiridos. Através desses conhecimentos que são adquiridos na escola, os discentes podem atuar na sociedade de forma mais efetiva, de acordo com as experiências já vivenciadas.

Ao observar o perfil de discente que a BNCC pretende formar, é de que se tenha conhecimento e consciência histórica, e que interage com as pessoas ao redor, sendo compreensível com as diferenças, seja em questão de desigualdade de gênero, etnia, preconceito, classe social, religião, cultura etc. A intenção é saber ver e progredir com a realidade na sociedade, e por meio disto, reconhecer sua identidade cultural, sabendo lidar e lutar para que consiga transformar a sociedade atual, já que a

sociedade acaba não satisfazendo a maior parte das pessoas (população), por ser muitas vezes desigual e injusta.

Os objetivos de aprendizagem presentes em todos os componentes curriculares convidavam a combater o preconceito, o tratamento desigual de gênero, de etnia, religião, classe social, condições de vida e cultura, pois estavam comprometidos com a democracia, a sustentabilidade, a segurança e a saúde. Todas as temáticas que têm impactado a sociedade brasileira encontravam-se presentes na segunda versão da BNCC. (NEIRA; ALVIANO JÚNIOR; ALMEIDA, 2016, p.40).

Portanto, quando se fala em uma pessoa que obteve todos os instrumentos necessários para formar bons argumentos, tem-se competências necessárias para seguir em frente. Assim, um discente ao ter vivenciado muitas experiências na escola, poderá estar ingressando sempre a um nível mais alto, seja na inserção do mercado de trabalho ou em um ensino superior.

Entretanto, não é pela existência desse documento que irá permitir que alcancemos os objetivos, se não houver a participação efetivas dos professores, dos alunos, das famílias, da comunidade e da escola como um todo.

O documento Base Nacional Comum Curricular (2017) traz que é preciso que haja um acúmulo de experiências em relação ao desenvolvimento curricular, pois diante as experiências, há uma contribuição para o aprendizado, seja com os erros ou acertos, e assim estar propiciando bons resultados. É preciso que arrisquemos mais, e que valorizemos aquilo que os alunos trazem como experiência. Desse modo, é um conjunto, e só chegará nos objetivos, se a sociedade como um todo, trabalhar unida.

## **2.2 EDUCAÇÃO FÍSICA: A ÁREA DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS**

A Educação Física está na área de Linguagens e suas Tecnologias, sendo localizada nesta área por se encontrar em um contexto de linguagem corporal, juntamente com as disciplinas de Arte, Língua Inglesa e Língua Portuguesa no documento da Base Nacional Comum Curricular.

No Ensino Médio, os sentimentos, capacidades intelectuais e os interesses acabam intensificando-se, aprofundando-se assim, vínculos tantos afetivos quanto sociais, refletindo no futuro. No entanto, deparam-se diante de questionamentos em relação a vida. E por ser um período de vida tão autônomo e reflexivo, a juventude

desenvolve possibilidades de participação tanto na vida pública quanto na produção cultural.

Sabendo que a estrutura deve ser seguida, no Ensino Fundamental procura-se a garantia dos estudantes às práticas de linguagem e também a diversidade dos campos em que irão atuar, como manifestações artísticas, linguísticas e corporais. Já no Ensino Médio

[...] a área tem a responsabilidade de propiciar oportunidades para a consolidação e a ampliação das habilidades de uso e de reflexão sobre as linguagens – artísticas, corporais e verbais (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita) –, que são objeto de seus diferentes componentes (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa). (BRASIL, 2017, p.474).

A área de Arte, contribuirá para o desenvolvimento da criticidade autônoma e de expressão, em sintonia com a sensibilidade, ludicidade e também a racionalidade, ampliando o conhecimento não apenas a si, mas também ao próximo e ao mundo. E dessa perspectiva, é possível que as pessoas estejam abertas às percepções, experiências e ressignificados, para mudanças. O objetivo desta disciplina é promover o encontro entre culturas e saberes, para que todos tenham acesso às distintas manifestações culturais existentes no meio em que reside.

Na área de Educação Física, a motricidade e a corporeidade são entendidas também como atos de linguagem, por isso está localizada em “Linguagens e suas Tecnologias”. A cultura corporal de movimento passa a ser desenvolvida a partir das vivências dos jovens, sendo em ginástica, lutas ou até modalidades de esporte, e acabam por adquirir experiências tanto pessoais quando sociais. Caminhando nessa perspectiva, essa área colabora com a formação de pessoas capazes de fruir, modificar-se e produzir a cultura corporal de movimento, que é compreendida como um anexo de práticas culturais, em que os significados de distintos grupos sociais, são mostrados através de movimentos que passa a ser um conteúdo simbólico.

Na BNCC para o Ensino Médio, a abordagem integrada da cultura corporal de movimento na área de Linguagens e suas Tecnologias aprofunda e amplia o trabalho realizado no Ensino Fundamental, criando oportunidades para que os estudantes compreendam as inter-relações entre as representações e os saberes vinculados às práticas corporais, em diálogo constante com o patrimônio cultural e as diferentes esferas/campos de atividade humana. (BRASIL, 2017, p.475).

Neira e Souza Júnior (2016) auxiliam no entendimento da Educação Física enquanto componente da área de Linguagens, a qual promoverá atividades em que possa estar auxiliando os discentes à leitura e produção das manifestações culturais corporais, em que estarão no contexto de linguagem corporal.

No contexto em que está descrito no documento da BNCC em relação ao entendimento da Educação Física, a cultura é uma ação em que serve para expressar e comunicar algo que tenha um significado, tanto para quem constrói quanto para quem observa e participa. Cada ato em que se cria e recria, é um conjunto de significados que se expandem, e tornam-se sua própria construção cultural. E o que a BNCC defende, oferece e tem como objetivo é a melhora na coordenação motora, desenvolvendo aspectos cognitivos e físicos, promovendo um estilo de vida mais ativo e saudável, e que formem cidadãos conscientes de que se têm um vasto conhecimento, em que engloba um conjunto de saberes de um grande repertório de grupos e culturas, que devem ser reconhecidos e valorizados sem discriminações.

No documento homologado que pronuncia apenas sobre o Ensino Médio, em uma das citações das Competências gerais da Educação Básica, articula que devem

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, 2017, p.9).

Com base nessas experiências, ao ter essa passagem pela escola e ter-se uma boa formação, os jovens saem prontos para atuação, sejam elas no local de trabalho, ou para continuar estudando em um nível superior.

Ao passar pelas etapas da Educação Básica, os estudantes vêm aprendendo sobre o grande repertório de grupos e diversidades culturais que existem, ao chegarem no Ensino Médio, já se tem um conhecimento sobre o assunto, portanto a escola deve saber acolher esses estudantes, que podem também estar aprendendo, mas também ensinando algo sobre o que já sabe, seja em relação a sua cultura ou outras que gosta e tem sintonia com as histórias.

No entanto, no documento finalizado do Ensino Médio, a BNCC preconiza que

[...] cabe às escolas de Ensino Médio contribuir para a formação de jovens críticos e autônomos, entendendo a crítica como a compreensão informada dos fenômenos naturais e culturais, e a autonomia como a capacidade de tomar decisões fundamentadas e responsáveis. Para acolher as juventudes, as escolas devem proporcionar experiências e processos intencionais que lhes garantam as aprendizagens necessárias e promover situações nas quais o respeito à pessoa humana e aos seus direitos sejam permanentes. (BRASIL, 2017, p.463).

O Ensino Fundamental (área de Linguagens e suas Tecnologias) está mais situado na exploração, compreensão, análise das diferentes linguagens. Já o Ensino Médio, centra-se em ampliar a autonomia desses estudantes, em pesquisar, investigar, criticar e explicitar seu conhecimento e sua participação. Contudo, as redes de ensino devem construir currículos e elaborar propostas pedagógicas diversificadas.

Mediante a organização dos objetivos de aprendizagem do componente Educação Física, o quadro abaixo apresenta os 10 objetivos para o Ensino Médio de acordo com a segunda versão do documento Base Nacional Comum Curricular:

#### **Quadro 2 – Objetivos de aprendizagem de Educação Física para o Ensino Médio.**

1	Experimentar, fruir e apreciar a pluralidade das práticas corporais, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo;
2	Usar práticas corporais, de forma proficiente e autônoma, para potencializar o seu envolvimento em contextos de lazer, para a ampliação das suas redes de sociabilidade e para a promoção da saúde;
3	Compreender a origem e a dinâmica de transformação das representações e práticas sociais que constituem a cultura corporal de movimento, seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual e com os agentes sociais envolvidos em sua produção (Estado, mercado, mídia, instituições esportivas, organizações sociais etc.);
4	Identificar, interpretar e recriar os valores, os sentidos, os significados e os interesses atribuídos as práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam;
5	Desconstruir e combater os preconceitos com relação as práticas corporais e aos seus participantes, compreendendo suas formas de produção e efeitos;
6	Formular e empregar estratégias para resolver desafios e incrementar as possibilidades de aprendizagem das práticas corporais, além de se envolver no processo de ampliação do acervo cultural nesse campo;
7	Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos grupos e povos, identificando nelas os marcadores sociais de classe social, gênero, geração, padrões corporais, raça/etnia, religião;
8	Interferir na dinâmica da produção da cultura corporal de movimento local em favor da fruição coletiva, bem como reivindicar condições adequadas para a promoção das práticas de lazer, reconhecendo-as como um direito do cidadão;
9	Examinar a relação entre a realização de práticas corporais e a complexidade

	de fatores coletivos e individuais que afetam o processo saúde/doença, reconhecendo os vínculos entre as condições de vida socialmente produzidas e as possibilidades/ impossibilidades do cuidado da saúde individual e coletiva;
10	Compreender o universo de produção de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal e o modo como afetam a educação dos corpos, analisando criticamente os modelos disseminados na mídia e evitando posturas consumistas e preconceituosas.

Fonte: Brasil, 2016.

No documento BNCC, há uma configuração de conteúdos organizadas, tendo base nas manifestações da cultura corporal de movimento, sendo: jogos e brincadeiras, danças, ginásticas (demonstração, condicionamento físico e conscientização corporal), esportes, lutas e práticas corporais de aventura. Essa organização foi feita por ciclos, propondo os objetivos de aprendizagem para cada etapa.

A escolha pela organização em ciclos se sustenta na compreensão de que este documento, no caso específico da Educação Física, deve propor objetivos de aprendizagem para a Educação Básica, mas sem determinar um mesmo programa de ensino para todas as escolas brasileiras. Nesse sentido, os objetivos apontados como base curricular indicam que o/a estudante tem direito a aprender determinados conhecimentos em cada etapa. Isso não impede que os projetos escolares do componente antecipem, ou aprofundem, posteriormente, as aprendizagens previstas para determinada fase. Apenas está sendo sinalizada a necessidade de que esses conhecimentos sejam efetivamente trabalhados até o final do ciclo indicado. (BRASIL, 2016, p.107).

A distribuição dos objetivos de aprendizagem para o Ensino Médio (1º, 2º e 3º), foram danças, esportes, ginásticas e práticas corporais de aventura. Cabe as redes de ensino articularem esses conteúdos em algum momento do processo de formação destes estudantes, organizando um planejamento, oferecendo uma série de possibilidades para enriquecer a experiência.

De acordo com os objetivos formulados para os conteúdos de Educação Física, é articulado oito dimensões de conhecimento, sendo: experimentação, uso e apropriação, fruição, reflexão sobre a ação, construção de valores, análise, compreensão e protagonismo comunitário. O quadro abaixo apresenta a definição dessas oito dimensões de acordo com a segunda versão do documento Base Nacional Comum Curricular, (2016, p.109).

**Quadro 3 – Dimensões de conhecimento.**

DIMENSÕES DE CONHECIMENTO	DEFINIÇÃO
Experimentação	refere-se a dimensão do conhecimento que se origina pela vivência das práticas corporais, pelo envolvimento corporal na sua realização [...].
Uso e apropriação	está relacionado ao conhecimento que possibilita ao/a estudante ter condições de realizar, de forma autônoma, uma determinada prática corporal. Trata-se do mesmo tipo de conhecimento gerado pela experimentação (saber fazer) [...].
Fruição	implica a apreciação estética das experiências sensíveis, geradas pelas vivências corporais, bem como das práticas corporais oriundas das mais diversas épocas, lugares e grupos [...].
Reflexão sobre a ação	refere-se aos conhecimentos originados na observação e na análise das próprias vivências corporais e daquelas realizadas por outros. Vai além da reflexão espontânea, gerada em toda experiência corporal [...].
Construção de valores	vincula-se aos conhecimentos originados em discussões e vivências no contexto da tematização das práticas corporais, que possibilitam a aprendizagem de valores e normas, voltadas ao exercício da cidadania em prol de uma sociedade democrática [...].
Análise	esta dimensão está associada ao conhecimento conceitual (saber sobre) que articula os conceitos necessários para entender as características e o funcionamento das práticas corporais no âmbito interno, conhecimentos que permitem construir outros sobre as práticas [...].
Compreensão	também se refere ao conhecimento conceitual, mas, diferentemente da dimensão anterior, está se volta ao esclarecimento do processo de inserção das práticas corporais no contexto sociocultural, reunindo saberes que possibilitam analisar o lugar das práticas corporais no mundo [...].
Protagonismo comunitário	refere-se as atitudes/ações e conhecimentos necessários para os/as estudantes participarem, de forma confiante e autoral, de decisões e ações orientadas a democratizar o acesso das pessoas as práticas corporais, tomando como referência valores favoráveis a convivência social [...].

Fonte: Brasil, 2016.

O documento ressalta que não há uma ordem a ser seguida para o desenvolvimento no âmbito escolar, mas que são relevantes para as etapas de escolarização, pois cada uma exigirá aspectos específicos. E não deve ser trabalhado essas dimensões isoladamente, e sim em conjunto, integrando e complementando uma com as outras.

### **2.3. EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: A DICOTOMIA ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA.**

A elaboração de um planejamento é muito importante, para que possa organizar uma ação que seja de qualidade. Porém, há alguns equívocos em relação a isto, já que alguns planejamentos são construídos por exigência burocrática, e não pensando em um propósito inicial e final (SAYÃO; MUNIZ, 2004). Não se planeja algo de última hora, para aplicar em todo ano, um planejamento exige tempo, e é um processo contínuo, sempre está em andamento e aberto a modificações. Entendo como um planejamento é essencial, devido a organização que a ação docente deverá seguir, dando sequência e chegando ao objetivo desejado.

O planejamento e um plano ajudam a alcançar a eficiência. Isto é, elaboram-se planos, implanta-se um processo de planejamento a fim de que seja bem-feito aquilo que se faz dentro dos limites previstos para aquela execução. (GANDIN, [19--], p.16).

Ao ter feito algumas leituras sobre o assunto planejamento escolar na área de Educação Física, pude perceber algumas dificuldades. Como cita Sayão e Muniz (2004), um professor de Educação Física que elabora seu planejamento de forma isolada, estará trabalhando por si só, sendo que poderiam trabalhar em conjunto e construir um planejamento de qualidade, que incluía as outras disciplinas, e também que se tenha o contato com as propostas pedagógicas da escola. Muitas vezes, o professor da disciplina de Educação Física não se convence que seu trabalho também é importante, e assim, se distancia dos demais colegas de trabalho, e isso acaba prejudicando o planejamento e a ação docente.

Quanto maior for a participação dos professores de Educação Física na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, maior a probabilidade de que as previsões realizadas pela comunidade escolar se materializem na prática pedagógica, sendo esta ação diretamente ligada a formação dos alunos. (SILVA; MOREIRA, 2018, p.14).

Para uma boa organização tanto do planejamento do professor quanto da escola, é necessário que estabeleça objetivos, para serem alcançados. Pois, se apenas realiza algo por fazer, e não reflete sobre o assunto, estará apenas reproduzindo, e não aprendendo. Ao planejar, deve-se ter o conhecimento de onde reside, conhecer os alunos, a comunidade, e aplicar o máximo de experiências possíveis, a qual todos têm o direito a aprender.

Assim, avaliamos que é necessário construir uma sociedade alternativa a esta, e para isso dois conceitos são primordiais: igualdade e justiça social. Entendemos que essa igualdade deve garantir aos indivíduos uma condição de vida mais digna, na qual todos possam se apropriar e usufruir os bens produzidos pela humanidade. (SAYÃO; MUNIZ, 2004, p.190).

Quando se fala da condição de uma vida igual para todos em relação a educação, é que todos possam ter oportunidade de vivenciar diversas práticas, já que a sociedade que vivemos é uma grande competição, o que deve ser garantido é uma boa qualidade de educação a todos.

Fonseca (2009) nos explica quando o planejamento deu um grande salto, no início da década de 1930, os pioneiros reunidos na Associação Brasileira de Educação (ABE), orientavam-se por valores democráticos de universalização do acesso à escola e de igualdade de ensino para todos. Portanto, na década de 30, a intenção era de substituir o conceito estático por um conceito dinâmico de ensino (movimento dos pioneiros). Foi assim que a qualidade se configurou nos primeiros planos educacionais. No ano de 1934, a Constituição assegurou que fosse elaborado o Plano Nacional de Educação (PNE), tornando o ensino obrigatório. Em 1956 a 1963, houve uma mobilização dos educadores para debater suas ideias em fóruns nacionais, sendo a educação voltada ao programa de metas, que seria a preparação pessoal técnico para a implantação das indústrias. Diante o Governo de Goulart e Kubitschek, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases. Finalmente, foi aprovado o Plano de Educação.

Alguns anos depois, a gestão educacional passou a ser orientada pelo Decreto Governamental, que deflagrou uma reforma administrativa em todo o serviço público

brasileiro. Em 1970, o sistema educacional ajustou-se a reforma administrativa e ao modelo de crescimento no país. No entanto, em 1980, este sistema sofreu algumas reformas, a qual houve ampliação da oferta da educação pública em todos os níveis, também houve a substituição das disciplinas de cunho humanístico por conteúdo técnico-profissional, para garantir o acesso às Universidades, por meio dos vestibulares (FONSECA, 2009).

Com as mudanças, diante a LDB, em 1996, foi estabelecido um sistema educacional que deveria ser organizado em planos, envolvendo professores, alunos e também a comunidade, sendo de grande responsabilidade dos mesmos, pois estarão preparando e escolhendo quais os conteúdos a serem ensinados e os métodos que serão adotados para que compreendam a realidade social. A LDB traçou os princípios da educação, regulando a estrutura do sistema educacional do Brasil. Esta legislação preocupou-se com cada nível de ensino, um aspecto relevante foi ao progresso nas teorias e práticas de aprendizagem. O professor foi o eixo principal, então houve uma valorização atrelada à capacitação e formação continuada, somando positivamente no processo educacional, porém, o professor tinha uma carga horária alta, o que acabava dificultando o acesso a esses programas de aperfeiçoamento profissional. Um dos pontos positivos a qual a legislação é vista, é em relação a gratuidade do ensino público que foi ofertado.

Em relação ao componente Educação Física, a LDB integrou a disciplina como componente obrigatório da Educação Básica.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº. 9.394/96 estabeleceu que a Educação Física, integrada a proposta pedagógica da escola, e componente curricular obrigatório da Educação Básica. Uma mudança bastante significativa que exigiu (e ainda exige) dos professores e professoras um esforço de alinhamento da disciplina aos propósitos da escola. (BRASIL, 2016, p.99).

Com o passar dos anos, aprovou-se o Plano Nacional de Educação, para o ano de 2014 a 2024, em que estabeleceu 20 metas, a qual estaria integrada a todas as etapas da educação nacional. No quadro abaixo constam as 20 metas estabelecidas pelo PNE:

**Quadro 4 – Plano Nacional de Educação.**

METAS	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
1	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.
2	Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.
3	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).
4	Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.
5	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.
6	Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.
7	Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.
8	Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
9	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.
10	Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.
11	Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

<b>12</b>	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.
<b>13</b>	Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.
<b>14</b>	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.
<b>15</b>	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
<b>16</b>	Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.
<b>17</b>	Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.
<b>18</b>	Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.
<b>19</b>	Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.
<b>20</b>	Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Fonte: Brasil, 2014.

Retornando à construção e organização de planejamento, conclui-se que traz mais eficiência à ação humana, pois planejar é uma ação que está presente nas práticas cotidianas. (SAYÃO; MUNIZ, 2004).

O planejamento curricular deve ser contínuo e em conjunto com outros professores e com a escola, relacionando as diferentes disciplinas e conteúdo. Assim como os professores também deve fazer parte da construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), o trabalho coletivo faz com que um aprenda com o outro, e também há uma diversidade de pensamentos, com o intuito de promover mudanças se necessário, assim, discutindo, refletindo, criando ações que possam trazer melhorias para a escola. Cada escola deve rever seus princípios e objetivos, e de acordo com a realidade da instituição elaborar o planejamento, isso exige tempo, não deve ocorrer de forma improvisada, por isso é necessário a participação efetiva de todos.

Percebemos que é possível, por meio do planejamento participativo, elaborar, executar e avaliar a execução de um Projeto Político Pedagógico. Ao garantir a democratização das escolhas e do direcionamento educativo, contribuiremos para a melhoria das condições de trabalho, da qualidade do ensino, do desempenho discente e docente. (SILVA; MOREIRA, 2018, p.12).

Em relação a disciplina Educação Física, há muitas dificuldades a serem enfrentadas ao elaborar um planejamento, pois há falta de materiais, falta de espaços adequados, e também falta de reconhecimento a disciplina. Pois a maioria das pessoas veem apenas como atividade prática e divertimento (SAYÃO; MUNIZ, 2004).

Durante um longo período, a Educação Física foi entendida como uma atividade destituída de intenção pedagógica, marcada por uma prática meramente recreativa, nos primeiros anos da vida escolar, pelo desenvolvimento da aptidão física e desportiva, nos anos intermediários, e pela dispensa da prática no antigo segundo grau. (BRASIL, 2016, p.99).

Portanto, deve-se ampliar essa visão que os alunos e também professores possuem em relação à Educação Física, pois é também uma disciplina que visa a formação de indivíduo que pensa, reflete, critica e também que tenha autonomia, possuindo também conhecimentos importantes para a compreensão da realidade.

Luckesi (1997) afirma que ao pensar na construção de um planejamento, a avaliação entra em contexto de ato crítico, que irá subsidiar em como foi construído o projeto.

[...] a avaliação, como crítica de percurso, é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que planejou produzir,

assim como o é no redimensionamento da direção da ação. A avaliação é uma ferramenta da qual o ser humano não se livra. Ela faz parte de seu modo de agir e, por isso, é necessário que seja usada da melhor forma possível. (LUCKESI, 1997, p.118).

Ao pensar em avaliação, também pensa em planejamento, considerando também que a participação dos alunos é importante nesse aspecto. A avaliação se dá a todo momento, e não apenas como forma escrita, mas também através de observações, não servindo apenas aos alunos, mas sim aos professores, questionando se a aula planejada chegou ao objetivo desejado, ou se deve fazer mudanças e alguns ajustes. Não se deve ver a avaliação como uma punição e sim como uma ajuda para melhorar em algum aspecto, como no acompanhamento do avanço de ensino aprendizagem.

### 3. METODOLOGIA

Esta pesquisa de cunho qualitativo busca apontar dados a respeito da área da Educação Física em relação a Base Nacional Comum Curricular. A pesquisa qualitativa

[...] têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (GIL, 2002, p.41).

E pelo fato de ser uma pesquisa sem estudos anteriores, identifica-se como exploratório, em que a intenção é aprofundar-se no assunto em busca de responder os objetivos. Além disso, foi feito um estudo de campo a qual utilizamos a entrevista semiestruturada, em que foi analisada mediante a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin.

Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que "estimulem a compreensão" (GIL, 2002, p. 41).

As entrevistas foram realizadas no local de trabalho dos entrevistados/as, após ter-se a autorização do Núcleo Regional de Educação e a aprovação do Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COPEP) (CAAE13160919.0.0000.0104). A amostra foi composta por professores da área de Educação Física Escolar, em que atuam no Ensino Médio, totalizando 11 entrevistados/as. Pelo fato de ser uma cidade de porte pequeno, muitos professores trabalham em mais de uma escola, isso justifica a quantidade de entrevistados/as.

A coleta de dados foi realizada através de entrevista semiestruturada. A entrevista semiestruturada, como aponta Thomas, Nelson e Silverman (2012), ao reformular as questões, o pesquisador pode sobrepor perguntas em que irão esclarecer e garantir resultados mais propícios aos objetivos da pesquisa. Cabendo ao entrevistado, se sentir confortável, responder as questões propostas.

As entrevistas após serem transcritas, foram analisadas, a partir da técnica de análise de conteúdo de Bardin (1979), em que o objetivo será identificar se as funções que foram apontadas, refletem nos objetivos buscados pelo entrevistado, observando se as informações se mostram necessárias para o pesquisador.

Segundo Bardin (1979), a análise de conteúdo não visa obter informações apenas de uma variável, e sim de um conjunto delas, sendo de ordem psicológica, histórica, sociológica, dentre outras, em que terá êxito através de uma amostra, sendo mensagens que podem serem gravadas. A análise conteúdo é um:

Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1979, p.42).

Em nosso estudo, categorizamos por meio do conhecimento que se baseia a um princípio anterior à experiência, sendo o conhecimento a priori, daquilo que encontramos como necessário para compreensão do que almejamos encontrar com a pesquisa, de acordo com a fala dos entrevistados/as. Foi realizado a sistematização do conteúdo das mensagens, para podermos analisar.

Desse modo, foi feito uma pré análise das gravações para descrição, e então, uma leitura exaustiva para melhor compreensão e interpretação da fala dos entrevistados, para que pudéssemos encaixar as falas às categorias propostas, sendo verificar se o professor tem uma formação continuada, identificar como está sendo organizado o planejamento didático e identificar se os professores utilizam a Base Nacional Comum Curricular como referência em suas práticas pedagógicas. Por conseguinte, houve questões relacionadas ao assunto, que não estão nos objetivos específicos, tornando-se relevante para a pesquisa, foi mencionado também categorias para conceituar sobre o assunto.

Foram estabelecidas três categorias anteriormente para fazer a análise, sendo de conhecimento a priori: 1 – Visão; 2 – Formação continuada e 3 – Planejamento. E duas categorias que foram estabelecidas após a análise das falas dos entrevistados, pois não estavam previstas anteriormente, sendo de conhecimento a posteriori: 4 – O papel da Educação Física na escola e 5 – Teoria e prática na Educação Física.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção abordamos sobre os resultados e discussões, diante as entrevistas semiestruturadas realizadas com 10 professores da área de Educação Física Escolar em que atuam no Ensino Médio, foram 11 indivíduos escolhidos para a pesquisa, apenas 1 professor recusou a participação. Foram selecionados 11 colégios da cidade de Ivaiporã, sendo 6 colégios públicos e 5 colégios privados. No quadro abaixo consta a caracterização dos professores entrevistados, mostrando qual o local de sua formação acadêmica e o tempo de atuação na área de Educação Física Escolar.

**QUADRO 5 – Caracterização dos entrevistados.**

ENTREVISTADOS	IDADE	FORMAÇÃO PROFISSIONAL (LICENCIATURA - EDUCAÇÃO FÍSICA)	TEMPO DE ATUAÇÃO NA ÁREA DE ED. FÍS. ESCOLAR
ENTREVISTADO 1	28 anos	UEM	5 anos
ENTREVISTADO 2	37 anos	UNOPAR/ARAPONGAS	10 anos
ENTREVISTADO 3	50 anos	UEL	21 anos
ENTREVISTADO 4	41 anos	UEL	20 anos
ENTREVISTADO 5	29 anos	UCP/PITANGA	6 anos
ENTREVISTADO 6	32 anos	UNOPAR/ARAPONGAS	11 anos
ENTREVISTADO 7	34 anos	UEM	8 anos
ENTREVISTADO 8	43 anos	UNOPAR/ARAPONGAS	10 anos
ENTREVISTADO 9	29 anos	UCP/PITANGA	13 anos <sup>5</sup>
ENTREVISTADO 10	31 anos	UNOPAR/ARAPONGAS	12 anos

Fonte: autor, 2019.

Foram estabelecidas três categorias anteriormente para fazer a análise, sendo de conhecimento a priori. Houve duas categorias que foram estabelecidas após a análise das falas dos entrevistados, pois não estavam previstas anteriormente, mas são relevantes para o estudo, como mostra o quadro abaixo:

**QUADRO 6 – Categorias estabelecidas antes e após análise das falas dos entrevistados.**

Categoria	Definição	Constituição
-----------	-----------	--------------

<sup>5</sup> O entrevistado 9 apresentou informações de tempo de atuação profissional na área que pode ser contraditório em vista do período de formação em licenciatura que possui. No entanto, optamos por manter a informação indicada na fala do entrevistado por ser a informação repassada pelo mesmo durante a entrevista.

Visão	Perspectiva dos docentes sobre o novo documento (BNCC)	<i>A Priori</i>
Formação Continuada	Identificar ações de formação com vistas à utilização do documento como elemento balizador do planejamento didático pedagógico	<i>A Priori</i> <i>A Priori</i>
Planejamento	Identificar como são organizados o planejamento curricular	<i>A Priori</i>
O papel da Educação Física na escola	Identificar a partir da fala dos entrevistados o papel da Educação Física na escola	<i>A Posteriori</i>
Teoria e prática na Educação Física	Identificar como são planejadas e se há vínculo entre as aulas teóricas e práticas	<i>A Posteriori</i>

Fonte: autor, 2019.

### **CATEGORIA ANALÍTICA: VISÃO**

A primeira categoria está relacionada com a visão que os professores têm sobre o documento “Base Nacional Comum Curricular” e quais seriam suas expectativas, sejam positivas ou negativas. A maioria dos entrevistados relataram que conhecem o documento, mas que é um conhecimento bem superficial, pois o documento é recente, e não houve oportunidades para se aprofundarem no assunto. Podemos ver abaixo, as falas dos entrevistados em relação ao conhecimento que se tem do documento.

*“[...] conheço assim superficialmente, acho que, que está apto do que eles pedem ali, na, no documento as aulas minhas”. (Entrevistado 1, 2019).*

*“Uhum, ele é um documento é, normativo que define um conjunto de aprendizagens que os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação”. (Entrevistado 3, 2019).*

E é possível observar que tiveram alguns debates sobre o documento, mas que não se aprofundaram após isso.

*“É, a Base Nacional Comum vem sendo trabalhado nas últimas formações, e até inclusive fiz um curso de extensão relacionado a isso aí, mas é, mas eu não tenho conhecimento profundo, ainda de tudo como é que vai funcionar”. (Entrevistado 6, 2019).*

*“Eu já dei uma olhada, no começo desse ano tivemos alguns debates dentro do Colégio X<sup>6</sup>, mas conhecer a fundo, eu não, não conheço, entrei em contato pela primeira vez em 2016”. (Entrevistado 7, 2019).*

*“Conheço, nós já fizemos uns dois, três cursos aqui na escola sobre isso, e no estado também nós já tivemos uma formação pra debater, inclusive a parte específica da, da Educação Física, partindo do documento relativo a nossa disciplina”. (Entrevistado 2, 2019).*

É possível observar que o professor de um colégio público apresenta o conhecimento sobre o documento, mas que não concorda com alguns aspectos propostos pelo mesmo.

*“Conheço, mas não gosto como já falei, (risos). Acho que faltou aí uma, uma graduação na, na escolha dos conteúdos a serem ministrados”. (Entrevistado 5, 2019).*

Há professores de escolas privadas que relatam conhecer, mas pouquíssimo, pois a escola não segue essa linha, e sim um sistema apostilado, então não costuma ler os documentos recentes, e sim os materiais que são fornecidos pela mesma.

*“Sim, mas (risos), agora de cabeça eu não vou poder, é, falar tudo, mas como é usado mais na, essa Nacional, né, a Base, é usada mais nessas escolas pública, então a gente num caminha lado a lado deles entendeu? Mas não, não utiliza muito não”. (Entrevistado 8, 2019).*

*“Entendi, é que como aqui a gente segue muito essa, essa linha, faz muito tempo que eu não vejo mais mesmo, porque a gente segue o material que eles mandam, né [...]”. (Entrevistado 9, 2019).*

Apenas um entrevistado relatou que começou a introduzir o documento na construção do seu planejamento, porque está incluído no Programa de Residência Pedagógica, e o referencial que utilizam para este Programa é a BNCC.

*“Conheço, tenho conhecimento sim, também agora, esse ano a gente já começou a introduzir já na, na é, na, aqui pelo menos eu já comecei a introduzir esse ano”. (Entrevistado 4, 2019).*

Houve alguns relatos em relação a construção do documento, pois foi introduzido a prática de esportes de aventura, e eles disseram que este é um aspecto positivo, mas que acaba tendo um ponto negativo, que seria em relação a estrutura,

---

<sup>6</sup> Algumas falas dos/as entrevistados/as foram corrigidas para preservar o nome ou qualquer outra forma de identificação do indivíduo (Colégio X – Entrevistado 7/ Colégio Y – Entrevistado 8/ Colégio Z – Entrevistado 10).

aos materiais adequados para utilizar na prática. Porém, ressaltam que pode ser feito adaptações, e então proporcionar a vivência de algumas práticas a esses alunos.

Outro ponto positivo que ressaltam, é a relação da padronização de conteúdo, caminhando em uma linha de metodologia, trabalhando de uma forma uniforme. Como cita Rodrigues (2016), a BNCC preconiza que 60% seja estruturado conforme os princípios do documento, e o restante podendo ser estruturado de acordo com a diversidade da cultura local e regional. Visto que se tem uma padronização nacional, todos teriam uma mesma meta de aprendizagem a ser alcançada.

Abaixo, estão algumas falas em que relacionam a visão dos professores em relação ao documento.

*“[...] pelo o que eu li do documento eu acredito que é uma forma de é, dar um norte né, pra todos os, os professores né, deixar assim uma coisa, um ensino mais, é, regular ali, todo mundo ali na mesma, na mesma linha de metodologia né, é claro respeitando né, as condições que a escola está né [...]”.* (Entrevistado 10, 2019).

*“Eu acho que é muito importante ter um documento nacional, eu acho que é muito válido você trabalhar de uma forma uniforme, na medida do possível [...]”.* (Entrevistado 5, 2019).

*“Então, assim, eu acho muito importante como diz, ter uma Base assim, é, na, eu, eu acho que teria como agora que vai caminhar quase tudo né, vai ser tudo encaminhado como, é, estadual e, e particular, tudo com as mesma caminho [...]”.* (Entrevistado 8, 2019).

Um documento de caráter normativo, espera-se que preconize o direito dos estudantes da Educação Básica, de forma que seja referência para que os sistemas de ensino elaborem seus currículos, pensando numa perspectiva inclusiva, permitindo a efetivação de metas e objetivos dos quais se constitui (BRASIL, 2016).

Um entrevistado fala que o ponto positivo é ter essa troca de experiência, diante os vários conteúdos propostos.

*“As propostas pedagógicas e o planejamento de trabalho, é, o ponto positivo é que fica mais claro e objetivo, e isso permite uma troca de experiências de sucesso, a gente vai compartilhando as dificuldades né, que vai tendo”.* (Entrevistado 3, 2019).

De tal modo como a LDB nos traz, no artigo 26, o quão importante é ter uma Base Nacional inserida nos currículos de Educação Infantil, Ensino Fundamental e do Ensino Médio, a qual poderá enfatizar as características locais e também regionais da

sociedade, envolvendo a cultura dos alunos, e assim, dando continuidade ao passar de um nível para outro.

Houve pontos negativos, por parte de 4 entrevistados, a qual eles relatam que o documento não condiz com a realidade escolar em que estão vivendo, pois se o documento é Nacional, tem que ser acessível em todas as regiões do Brasil, enfatizando que a falta de materiais, e o espaço inadequado prejudica a aplicação de práticas diversificadas como o documento destaca.

*“[...] eu acredito que, que muda pouca coisa dos PCNs, mas que deveria ter tido mais, vamos dizer assim, mais abertura pra quem tá no chão da escola mesmo, os professores, e etc, e ter ouvido de uma forma, na verdade nem foi ouvido a comunidade escolar, foi um documento que foi enfiado goela abaixo do profissional né, mas eu acredito que deveria ter esse debate, até porque a gente tem uma visão as vezes até um pouco diferente do que o documento traz né, acho que é isso”. (Entrevistado 2, 2019).*

*“Ah, então (risos), eu não gostei da forma que foi dividido os temas, não gostei, eu achei assim que, é na, na verdade dentro da rede estadual, é, aqui no Paraná, nós vamos ver que alguns professores não vão ser muito favorável a BNCC. Por que? As DCEs, as Diretrizes Curriculares Estaduais, foi montado por nós professores, entendeu? Então assim, as Diretrizes Curriculares do Estado, ela, se você pegar o caderno das Diretrizes, a realidade nossa de Ivaiporã, tá ali né, nós temos algumas coisas que foi tirado do documento que nós fizemos, que a gente tinha grupos de estudos, então foram um ou dois anos, fazendo todo esse trabalho né, e nós tivemos isso montado. E agora tá vindo uma coisa de cima, que a gente não tá, é, não é a realidade nossa, então eu tô meio receoso com isso, tô meio receoso, não gostei da divisão, não gostei da divisão, eu sou bem claro ao falar isso, mas...”. (Entrevistado 4, 2019).*

Neira e Souza Júnior (2016), citam que foi aberto um portal do MEC, para que professores de todas regiões pudessem expor suas críticas, e contribuir para a elaboração das propostas da BNCC, porém, o que os entrevistados relatam, é que os documentos anteriores a qual utilizam atualmente, foram construídos desde o início pelos mesmos, pois havia grupo de estudos para que pudessem debater sobre os conteúdos. Sobre a BNCC, não houve tantos debates para que pudessem expor suas opiniões, e então sentiram-se insatisfeitos com os princípios do documento.

O mesmo entrevistado que diz ser bom ter um documento, argumenta que o mesmo não leva em consideração a realidade escolar, a qual seja acessível a todos.

*“[...] eu acho que ainda precisa um estudo muito grande e realmente sentar com os professores de Educação Física e fazer esse documento de uma forma que seja acessível a todos né, não é você pensar uma coisa lá no centro Oeste, no Sudeste, no Sul do Brasil, e querer que isso funcione no Brasil inteiro. É, então assim, a minha expectativa é que seja realmente feito isso, mas de uma forma*

*que todos consigam trabalhar, então, eu tenho muitas ressalvas com relação, eu acho que é muito válido, que tem que ter mesmo, só que eu tenho muitas ressalvas por conta da organização, da forma como foi feito”. (Entrevistado 5, 2019).*

Há também relato por parte de um professor de escola privada que os objetivos são vagos, e fáceis de serem alcançados, por isso diz que o documento é ainda questionável ao ver dele.

*“[...] os objetivos, eu achei bastante vagos também, quer dizer, são objetivos que tecnicamente são fáceis de serem alcançados, na minha postura assim eu questiono a facilidade de chegar nesses objetivos né, se existiria a necessidade de uma, vamos dizer assim, de um, de uma aplicação tão específica”. (Entrevistado 7, 2019).*

Entretanto, há algumas ressalvas de um dos entrevistados, a qual remete a ideia de que adaptando e planejando de uma forma básica em que possam vivenciar, conseguem inserir essas atividades diversificadas nas escolas.

*“É complicado a questão de material, tudo assim, mas é, com adaptações, consegue se fazer sim, então a expectativa por ser um documento novo e inovador são as melhores”. (Entrevistado 1, 2019).*

Como cita Neira, Alviano Júnior e Almeida (2016), se as redes de ensino têm como princípio a gestão democrática, a qual estará alcançando as salas de aulas, então terão professores/as debatendo, elaborando, criticando, pensando na melhor forma possível de preparar projetos didáticos, a qual proporcionará um leque de informações e vivências para seus educandos, portanto, cabe ao professor criar, inventar, adaptar essas vivências que estão sendo oportunizadas pelo documento, partindo de sua criatividade e desenvolvendo um trabalho pedagógico que estará ampliando o conhecimento dos estudantes.

## **CATEGORIA ANALÍTICA: FORMAÇÃO CONTINUADA**

Dando prosseguimento ao estudo, a segunda categoria elaborada, foi em relação à formação continuada, buscamos saber se as escolas ofertaram cursos ou alguma formação continuada relacionadas a BNCC. Sabendo como a formação continuada pode influenciar na prática pedagógica do professor e também no seu crescimento profissional. (FERREIRA; SANTOS; COSTA, 2015). Diante a análise em

relação a formação continuada, os professores relataram que não houve nenhuma capacitação proporcionada a eles, e sim apenas algumas falas sobre a BNCC na semana pedagógica, que é na semana anterior do início do ano letivo. Porém, eles ressaltam que não houve nenhuma fala relacionada à Educação Física, abrangeram de forma superficial o contexto do documento.

*“[...] é, na verdade, é (risos) o que eu conheço das, da, da BNCC, ela vem da, da, do trabalho que a gente tem junto com a UEM, né, da, da Residência Pedagógica. Mas dentro do estado até hoje, nós não tivemos nada da BNCC né [...]”. (Entrevistado 4, 2019).*

*“Nós não, nós tivemos assim, quando né, o ano passado houve um estudo em cima, né, a gente recebeu, fez o estudo, leu, e mandou as nossas considerações, depois disso a gente não teve mais nada com relação. Nem formação, nada disso”. (Entrevistado 5, 2019).*

Um professor relata que na semana de capacitação, debateram superficialmente sobre o tema, mas que não houve nenhuma formação continuada sobre o documento, para que pudesse ter um aprofundamento do assunto.

*“Sobre a BNCC não, a gente ali a semana de capacitação, que a gente debate sobre o tema, nesse caso foi a BNCC, que foi a mudança ali né, é, mas eu não tenho um, um, um trabalho a médio e longo prazo sobre esse, esse documento”. (Entrevistado 1, 2019).*

Alguns professores relatam ter formações, mas que não envolveu o documento Base Nacional Comum Curricular, pois a escola privada proporciona cursos voltados à apostila que é ofertado para a disciplina. Pode-se observar abaixo, a fala de três entrevistados, em que dizem terem cursos voltados para o planejamento que deverão seguir no decorrer do ano letivo.

*“Temos, na verdade aqui tem um sistema de ensino que é do Max né, e, e é o sistema de ensino que faz esses cursos de, de formação. Então nós temos uma vez no ano que a gente vai pra Londrina, e depois tem mais duas datas que o pessoal vem pra cá, eles definem o, os temas de formação, e, e traz ai pra gente”. (Entrevistado 2, 2019).*

*“Isso, a gente tem uma formação né, na primeira semana na escola com a apostila caminhando, montar as aulas, e uma vez por ano a gente caminha pra São Paulo, sábado e domingo fazendo já diretamente lá no Colégio Y, um planejamento lá, anual daí”. (Entrevistado 8, 2019).*

*“Especificamente sobre a Base Nacional Comum não, a gente tem, a gente tem assim é, todos os sábados uma vez por mês, é, num sábado, a gente tem é, como se fosse um conselho ali né, um encontro com os professor, mas as vezes a gente tem curso, né, e por enquanto o que a gente mais teve foi sobre a, a questão da gente dar aula com a sala invertida, que é uma metodologia*

*que o Colégio Z acabou é, agregando, que é como se fosse uma, uma coisa mais construtivista, a gente trabalha de forma como se o professor fosse um mediador ali né”. (Entrevistado 10, 2019).*

É possível perceber na fala de um dos entrevistados, que os cursos e capacitações que são ofertados, nunca envolveram o componente curricular Educação Física, e o sujeito até se mostra desestimulado pela disciplina, por estar tão escasso no ambiente escolar em que trabalha.

*“Não, porque na verdade assim, essa, essas, esses cursos que vem, nunca eles falam nada de Educação Física, eles falam no geral, então né, a gente... não, não enfatizam nada. Não sei, aqui, não sei se eu tinha comentado com você, o Ensino Médio nosso aqui, nem “tá” tendo aula de Educação Física certinho, a cada 15, 20 dias, a gente pega, tá bem... (expressão de descontentamento), aqui eles não gostam muito não”. (Entrevistado 9, 2019).*

Houve dois entrevistados que não puderam estar presentes da semana pedagógica, mas um deles afirmou que teve um debate sobre o documento. E trouxeram diante este debate que a BNCC não irá atingi-los.

*“[...] é, teve na verdade um encontro, no começo do ano que acho que foi uma vídeo conferência, eu não participei, mas acho que eles fizeram um relatório sobre, né, e também no Fórum que nós temos de Educação Física do Colégio X, Educação Física Escolar do Colégio X, eles, eles trouxeram também esse debate novo e conversaram que assim, que a BNCC na verdade, ela não vai atingir os Colégios X né, essencialmente ela não atinge, porque nós temos autonomia didático pedagógica, o que nos garantia vamos dizer assim, é desenvolver o conteúdo da forma que a gente trata”. (Entrevistado 7, 2019).*

O outro entrevistado por trabalhar em mais de uma escola, não pôde estar presente e não soube o que foi debatido, acredita que tenha sido abordado sobre o documento, pois é recente, mas não soube afirmar se isso realmente ocorreu.

*“É que assim, eu vou, aqui no Ensino Regular eu não sei como foi, eu vou, porque como eu dou aula também na Educação Especial, a gente trabalhou a Base na Educação Especial, então lá foi abordado, é engraçado né, mas enfim, gente um pouco lá, e aqui, e aqui como eu não sei se foi que, se foi trabalhado ou não, eu acredito que sim, porque deve ser unificado né, as formações”. (Entrevistado 6, 2019).*

Rossi e Hunger (2012), citam que ao tratarmos da profissão na atualidade, é importante a questão da formação continuada de professores, constituindo-se num processo que percorra a trajetória profissional do professor, que seja contínuo, de

forma que aprimore a sua ação pedagógica e também desenvolva profissionalmente como docente. Visto que pode ser um trabalho coletivo entre professores, gestores e todas as pessoas do campo educacional.

É importante que o professor procure cursos, seminários, eventos, pois essa preparação não termina no final da graduação, e sim, deve ser contínua. Portanto, não é apenas os professores que devem estar atentos a isto, mas também a escola, que deve proporcionar não somente cursos, formações, mas também informações a estes professores sobre sua área, visto que nossa área não é muito ressaltada em reuniões pedagógicas da escola, como relatam os/as entrevistados/as.

### **CATEGORIA ANALÍTICA: PLANEJAMENTO**

Na terceira categoria elaborada, foi abordado sobre o tema “Planejamento”, a qual buscamos saber como os professores elaboravam o planejamento didático anual da disciplina, quais eram os principais conteúdos que deveriam ser abordados no Ensino Médio, qual documento utilizavam para o planejamento dessas aulas e por fim se eles preferiam uma sistematização de conteúdo pronto, como um documento, ou preferiam preparar suas próprias sequências didáticas.

Diante a análise em relação a esta categoria, a primeira questão abordava em como os professores elaboravam o seu planejamento, e seis entrevistados/as disseram que utilizam as Diretrizes Curriculares do Estado (DCE) e os PCNs como referência para elaboração dos planejamentos, sendo cinco professores de colégio público e apenas um professor de colégio privado.

*“Então, alguma coisa eu ainda tenho da, das DCNs né, que as diretrizes que o, do Estado do Paraná, e, e alguma coisa de PCN também, nós vamos falar daqui a pouco de BNCC, mas ainda tenho algumas ressalvas aí né”. (Entrevistado 2, 2019).*

*“É, primeiro respeitando as Diretrizes Curriculares, que nós temos que seguir do estado, e por pontos de conhecimento que eu acho importante pra, pra idade, né, saúde, os esportes que já foram trabalhados em outras, é, também assim a questão do esporte, qual a modalidade né, você deve trabalhar por idade também”. (Entrevistado 4, 2019).*

Um professor relatou fazer uso das Diretrizes Curriculares do Estado, mas antes fazem uma sondagem, para observarem como está o nível de aprendizagem dos alunos.

*“[...] eu elaboro o planejamento a princípio, conforme as Diretrizes Curriculares do Estado, é, mas aí no começo a gente faz uma espécie de sondagem, e avalia, é, questão da aprendizagem, é, da bagagem motora que tem os alunos em relação aos esportes, as brincadeiras, em tudo, os conteúdos da Educação Física, e a partir disso, elaboro o planejamento né, mas com norte nas Diretrizes Curriculares do Estado”. (Entrevistado 6, 2019).*

O entrevistado 5, relata fazer uso das Diretrizes e também dos Parâmetros, mas relata que não faz uso da BNCC, pois não concorda em como este documento foi preparado.

*“Nossa, eu utilizo as Diretrizes Curriculares que eu gosto muito, eu utilizo os Parâmetros Curriculares Nacionais também, assim, A Base Nacional Comum Curricular eu ainda não uso, porque eu não gosto, porque quem fez não foi professor de Educação Física, então não tem nada a ver com nada, sabe assim, não tem uma sequência pedagógica”. (Entrevistado 5, 2019).*

Também houve a fala de professores que relataram não ficarem presos apenas em documentos, e sim faz o uso de outras apostilas, a qual irão subsidiar a construção de seu planejamento.

*“[...]são Parâmetros que eu uso, eu uso também a apostila do Estado que é da Educação Física, que ela tá bem desatualizada, mas eu que ela é um referencial bom, e eu sei que, que temos também umas outras apostilas”. (Entrevistado 7, 2019).*

*“É o, os oficiais né que é a LDB, os DCEs e os PCNs. E também o, é, algum documento fora do que eu vejo assim, é de outros países, quando eu vou fazer uma relação assim, como que tá em relação ao Brasil, as vezes eu dou uma olhada nos artigos também”. (Entrevistado 3, 2019).*

*“Então, a gente tem um modelo que é pelo Excel que a gente faz, então é uma tabela, aí lá tem o conteúdo né, que você vai aplicar na semana, tem a metodologia né, que é como você vai aplicar, tem a avaliação que é como que você vai avaliar o aluno, e os materiais que vão ser utilizados na aula, e aí tem o objetivo geral ali que você quer alcançar”. (Entrevistado 10, 2019).*

É importante essa visão dos professores, a qual não ficam presos a somente um documento, pois muitas vezes, não contém todas as informações que necessitam, então buscam outras alternativas para estar complementando a construção de seu planejamento, tanto na teoria quanto na prática.

Há três professores que fazem uso somente de apostilas, a qual estão vinculadas ao colégio privado.

*“[...] nós temos a apostila, né, Positivo, então é, o planejamento é feito dentro do que a apostila me traz, então trabalhamos ali com esportes individuais,*

*esportes coletivos, de combate né, posição, é, lutas, danças, então é um material super completo e eu sigo a apostila, literalmente a apostila, tudo o que tem na apostila eu faço, desde futebol americano, a ginástica artística, é, algum outro assim não tão bem conhecido, choker ball, puffer ball, então são modalidades assim, que eu falar pra você que até como professor não conhecia, mas todas são empregadas”. (Entrevistado 1, 2019).*

*“[...] como fazer e elaborar, vem a apostila, já essa apostila vem e a gente tem que acompanhar diretamente pelo lado do sistema Y”. (Entrevistado 8, 2019).*

*“Então, o que eu, o que eu, o que a gente aqui na verdade a gente segue meio que uma apostila, um roteiro, então a gente meio que segue, é, a gente mais a linha deles [...]”. (Entrevistado 9, 2019).*

Em relação a questão sobre os principais conteúdos que devem ser abordados no Ensino Médio de Educação Física, cinco entrevistados/as ressaltam que o conteúdo deve ser voltado à saúde.

*“É, métodos de análise corporal, é nutrição, questão de macro, micronutrientes, é verificação de capacidades físicas”. (Entrevistado 1, 2019).*

*“Eu gosto muito de trabalhar a saúde, eu gosto muito de trabalhar com temas de saúde, eu acho muito importante isso, porque no 6º ano e no 7º ano, no 6º, 7º, 8º, 9º ano, a gente tem os conteúdos, é, conteúdos esportivos, regras, histórias, formas de se jogar, então assim, eu gosto muito de fazer o trabalho da importância saúde, né, assuntos relacionados à saúde”. (Entrevistado 5, 2019).*

*“Então, eu trabalho bastante por exemplo quando a gente vai focar em esporte, eu acabo focando bastante na teoria, não regras em si, eu foco bastante na questão da saúde né, da prática esportiva que você tem que levar pra sua vida, pro seu cotidiano né [...]”. (Entrevistado 10, 2019).*

Já outros dois professores disseram que priorizam questões relacionadas ao ENEM, ou questões que irão fazer com que os alunos adquiram experiência, para poder estar ingressando ou a um nível mais alto ou sendo inserido no mercado de trabalho.

*“Então, eu, eu vejo assim, eu vou falar pela minha disciplina, pela minha forma de trabalhar né, que eu procuro me inteirar do que tá caindo nessas áreas, nessa área nossa do vestibular, porque Educação Física tem ganhado espaço maior do que anos anteriores, porque hoje a gente vê que ela tá diretamente ligada com questões de saúde, então eu procuro contribuir trabalhando alguns assuntos que sejam relativos nessa, que vai ajudar o aluno nessa, no vestibular, no ENEM né”. (Entrevistado 2, 2019).*

*“Então como eu falei, os 5 conteúdos estruturantes, mas também essa relação com a saúde, com a qualidade de vida né, eu falo assim, tem que desenvolver o aluno de forma integral pra cidadania, pro mercado de trabalho, então eu não sei que faculdade que eles vão fazer, onde que eles vão trabalhar, eu tenho muitos alunos que trabalham já, mas assim, essa questão de você ter um*

*conhecimento pra você fazer um exercício fora da escola né”. (Entrevistado 5, 2019).*

Há professores que dizem trabalhar questões relacionadas à saúde, mas que priorizam a teoria, e não tanto a prática.

*“[...] é mais a questão teórica, aí sim, eu consigo abordar, a gente aborda, costuma abordar a parte assim mais relacionada a saúde, aos aspectos da saúde”. (Entrevistado 6, 2019).*

*“Aí já no Ensino Médio, eles já, a gente já visa mais, um pouquinho mais a teórica, certo. É os conteúdos de teórica, não muita prática, certo, porque a prática como já fez na Fundamental II, então Ensino Médio eles procura mais a gente focar mais na, na teórica mesmo, os fundamentos, a, a parte mais de fundamento mesmo né”. (Entrevistado 8, 2019).*

Houve dois professores que relataram seguir os conteúdos relacionados a cultura corporal, entre outros conteúdos de Educação Física.

*“É, os conteúdos de esportes, jogos, lutas, ginástica, atividades rítmicas e conhecimentos sobre o corpo”. (Entrevistado 3, 2019).*

*“[...] então em termos de conteúdos que eu separo, eu separo dentro da cultura corporal né, predominantemente falando, eu trabalho dentro do coletivo de autores né [...]”. (Entrevistado 7, 2019).*

Apenas um/a professor/a disse que prepara o planejamento de acordo com os conteúdos estruturantes da Educação Física, mas não apenas se aprofundando no que já foi visto anteriormente, e sim refletindo sobre os assuntos abordados, deixando com que os alunos investiguem, pesquisem, critiquem, pensem e participem, portanto, estará ampliando a autonomia desses estudantes, pois este é um método que está sendo agregado no colégio em que trabalha, como mostra a fala abaixo:

*“[...] por enquanto o que a gente mais teve foi sobre a, a questão da gente dar aula com a sala invertida, que é uma metodologia que o “Colégio Z” acabou é, agregando, que é como se fosse uma, uma coisa mais construtivista, a gente trabalha de forma como se o professor fosse um mediador ali né, ele joga [...] ele joga o problema e o aluno vai tentar resolver, então essa sala invertida é trazendo uma visão mais prática das atividades né, que o aluno participe mais”. (Entrevistado 10, 2019).*

De acordo com a fala do/a entrevistado/a, o documento finalizado da BNCC (2017), preconizam que é a escola a qual tem o nível de Ensino Médio que deve contribuir para a formação de jovens críticos e autônomos, fazendo com que tenham

capacidade de tomar decisões que sejam fundamentadas e responsáveis, para que isso ocorra, é necessário que proporcionem experiências para garantir-lhes as aprendizagens necessárias. Contudo, as redes de ensino devem construir currículos e elaborar propostas pedagógicas diversificadas.

A Educação Física não deve ser uma disciplina separada de seu contexto, e sim estar ligada com a prática educativa, e também os aspectos de formação, em que envolvem também a qualidade de vida e saúde (MORAIS, 2013).

Discutindo sobre a opinião do que os professores preferem, em relação a sistematização de conteúdo ou sua própria sequência didática, ficou dividido, pois alguns professores estão acostumados a lidar apenas com apostilas, pois o colégio particular acaba exigindo que sigam aquela estrutura de metodologia, mas outros preferem trabalhar tanto com apostilas quanto com suas sequências didáticas, pois ressalvam que um estará complementando o outro. A fala abaixo, apresenta três professores que atuam em colégios privados, a qual opinam por fazer uso tanto do apostilamento quando suas próprias sequências didáticas.

*“Eu acho que um pouco dos dois, porque a apostila é uma, uma base sólida muito, muito viável assim pra você ter uma, uma, uma praticidade no dia a dia [...] porque se você for obrigado a seguir ela, você fica muito limitado a ela, então eu prefiro preparar minhas aulas também mas ao mesmo tempo com apoio das apostilas, sempre em diálogo [...]”. (Entrevistado 7, 2019).*

*“Então, igual eu falei, eles têm a apostila aqui, mas eu sempre possível, eu tô fugindo [...] prefiro adaptar em cima da apostila mas adaptar do meu modo”. (Entrevistado 9, 2019).*

*“Então, a apostila é muito interessante que vem vários trabalhos, muito interessante mesmo, mas a gente tem que ser no dia a dia, improvisar tudo, eu acho que professor de Educação Física tem que improvisar tudo no momento, então quer dizer que eu, na verdade eu uso meio a meio, “cê” entendeu”. (Entrevistado 8, 2019).*

Mas houve professores que costumam aplicar suas aulas de acordo com a metodologia da apostila, e segue a sequência da mesma, como apresenta as falas abaixo:

*“Ah, eu prefiro ter o apostilamento, o apostilamento que eu trabalho há 5 anos no colégio já, eu sigo ele como eu disse é, de cabo a rabo ali”. (Entrevistado 1, 2019).*

*“Olha, a, a apostila, os alunos não têm acesso à apostila, só eu que tenho acesso, então a minha apostila ela é online né, eu fui lá, baixei no sistema COC, que é um, nosso sistema de ensino, né, de apostilado, e daí eu trabalho com as questões que tem ali abordada, algumas questões eu não abordei né,*

*que eu achei que meu aluno ainda estava imaturo pra mim trabalhar aquele tipo de questão, mas apostila é bacana porque você tem um apoio né, não que você vai trabalhar ali sistematicamente né, mas você tem um apoio ali, aonde vai te nortear dos seus trabalhos né, eu acho legal, eu acho interessante”. (Entrevistado 10, 2019).*

Em relação a fala dos professores que preferem somente o uso de apostilas, é possível observar que o planejamento e os conteúdos estarão fechados a tudo o que a apostila propõe, e não haverá busca de nenhum outro documento, mas sabemos o quanto a nossa área da Educação Física abrange muitos aspectos, e muitas vezes as apostilas não trazem todas as informações possíveis que possam complementar a aula e a construção do planejamento curricular como um todo.

Houve dois professores que relatam não usar apenas apostila, pois o conteúdo relacionado à Educação Física não é completo, então é necessário fazer buscas em outros meios que possam subsidiar seu planejamento didático.

*“É, eu uso livro, apostila, artigo científico, adaptando a realidade local. Mas o livro básico que eu uso é o livro da Educação Física do Ensino Médio, mas eu acho que poderia ser feito muito mais coisa ali, mas é um, é um caminho né, e também gosto de bastante ler artigo científico, trazendo pra realidade, claro, porque a Educação Física, ela tá se renovando e se a gente fica só nos documentos da escola ou do Paraná, e não procurar outras coisas, vai tendo uma defasagem assim na aprendizagem, na forma que eu transmito conhecimento”. (Entrevistado 3, 2019).*

*“É assim, é, em Educação Física, é lamentável porque nós não temos nada de conteúdo, você não tem livros, não tem, o livro didático do Estado do Paraná antigo, ele não, não, não tem uma divisão legal, ele, assim ele, os temas ficaram bons, mas assim é, não vai muito com a realidade do nosso aluno. Então o que que aconteceu? Eu passei dentro da, das Diretrizes, eu formular a minha, a minha sequência, mas assim, falta, falta uma sequência vindo de cima, mostrada, olha, essa sequência aqui, falta. Eu tenho um material meu, que eu pesquisei, que eu fui atrás, de instituições particulares, eu sigo aquela sequência né, dentro, eu faço a minha sequência dentro da sequência deles”. (Entrevistado 4, 2019).*

Houve falas interessantes de professores que não relataram quais documentos usam, ou se faz sua própria sequência didática, e sim enfatizam o quão importante é ter um documento que possa nortear o caminho que deve ser seguido para a construção do planejamento curricular.

*“Olha, eu na verdade acho que não é nem questão de preferência, eu acredito que quando você tem um, um documento ali que norteador, ele te ajuda na prática, e nós não temos, a Educação Física se eu não me engano, o último caderninho foi o de capa azul que foi pra escola, e eu nem sei te dizer quanto tempo atrás, mas um documento que fosse norteador, seria bacana, até pra gente ter de certa forma padronizar o, o trabalho né”. (Entrevistado 2, 2019).*

*“Olha, falar bem a verdade, eu já trabalhei das duas formas, tanto com tudo pronto, como com a minha sequência. Eu não tenho problema nenhum de trabalhar com as duas formas, só que eu acho assim, se você tem um documento que norteia um ensino no Brasil todo, você não erra né, por exemplo, eu tava trabalhando um sequência lógica em Ariranha, se o meu aluno sai de Ariranha e vem pra Ivaiporã, ele não vai trabalhar a mesma sequência, porque não tem uma sequência”. (Entrevistado 5, 2019).*

O planejamento curricular é um processo contínuo, são ações e decisões do professor na interação com a comunidade escolar, é uma ferramenta a qual irá orientar o trabalho do professor, e isto exige uma busca constante, atualizando-se sobre tudo, pois os conteúdos se renovam e as propostas curriculares acompanham este processo. Como cita Bossle (2002), o planejamento deveria ser uma programação realizada cotidianamente pelos professores, sendo avaliativo com seu trabalho, não apenas em reuniões pedagógicas, e sim em todo o momento do processo, baseado nos princípios e objetivos elaborados pela instituição escolar e também no que foi escrito no projeto político pedagógico.

### **CATEGORIA ANALÍTICA: O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA**

A próxima categoria não estava prevista e não foi categorizada anteriormente, mas foi relevante para o estudo, portanto, sendo de conhecimento a posteriori, ressalva qual seria o papel da Educação Física na escola. Houve a fala de dois professores que ressaltaram proporcionarem o máximo de experiências possíveis aos alunos, pois assim, estariam ajudando na formação dos mesmos e também despertando o interesse para as diversas atividades. Como nas falas a seguir:

*“É, a Educação Física tem o papel, é, na, faz parte na formação geral do nosso aluno, a inclusão do movimento, você trabalhar além das questões relacionados aos esportes, as brincadeiras, as ginásticas, é, também relacionar os conteúdos que estão afins com a saúde e com questões nutricionais, enfim, é, faz parte de todo um contexto escolar”. (Entrevistado 6, 2019).*

*“Eu acho assim que na, pelo conhecimento da apostila que a gente trabalha no Colégio Y, é despertar o interesse do esporte na criança, é, então a gente não visa, lá no colégio não visa muito eles jogar certo, é só mais pra despertar mesmo as modalidades, e eles ter um, uma coordenação legal e é isso aí [...]”. (Entrevistado 8, 2019).*

O entrevistado 1 também ressalva em relação a questão de proporcionar um leque de informações a esses alunos, para que se identifiquem e façam o que gostam.

*“[...] eu acho que, a Educação Física na escola, ela necessita disso, passar o mais, é informação, as mais informações possíveis pro aluno, pra ele identificar o que que ele gosta [...]”. (Entrevistado 1, 2019).*

Houve falas de dois entrevistados que chamaram atenção, em que ressaltaram sobre a relação dos jovens com a tecnologia, o qual fez com que os mesmos perdessem o interesse pelas atividades e aulas de Educação Física.

*“[...] a minha, a minha opinião é que a Educação Física na escola, ela é muito importante, tanto na parte motora, quanto na parte cognitiva e socialização da criança, na verdade a gente, é, observa que com o passar do tempo, cada vez mais essa interação social das crianças tá ficando mais difícil, principalmente pela influência da televisão, de celulares, jogos eletrônicos né, então aquela vivência que ela tinha lá trás, hoje com as transformações aí, tá, tá mudando essa relação né”. (Entrevistado 2, 2019).*

*“A, o papel da Educação Física na escola hoje, principalmente no, no, nesse período de tecnologias, eu acho que é, as vezes o único contato que o, que as crianças têm com algum tipo de atividade física é dentro da escola, porque as crianças já não brincam mais na rua, já não, já não faz, a maioria já não faz nenhum tipo de atividade física, então eu acho que é o, é o começo pra tentar melhorar essa questão da atividade física deles mesmo, colo... ter gosto pela atividade física, porque, porque tá complicado né, a molecada só gosta de parte de tecnologia né, parte de atividade física ficou em oitavo plano”. (Entrevistado 9, 2019).*

Houve a fala de professores relacionando o papel da Educação Física, voltada a formação, não apenas no âmbito escolar, mas social também, a qual levará para a realidade do dia a dia. Pode-se observar como as falas dos entrevistados traçam uma mesma linha de pensamento.

*“É, ela é um campo de análise, reflexão e construção de conhecimentos, relacionados a corporeidade, ela não é só uma atividade na escola, mas ela é uma área de conhecimento”. (Entrevistado 3, 2019).*

*“É o papel de formação dos alunos né, eu entendo muito na formação, é, na formação completa né, desde, não só de saúde, mas educacional também”. (Entrevistado 4, 2019).*

*“Bom, na minha, na minha opinião a Educação Física, ela é a disciplina que o aluno vai usar pro resto da vida. Porque na Educação Infantil, nos Anos Iniciais, é todo desenvolvimento motor da criança, então equilíbrio, lateralidade, esquema corporal, organização temporal, organização espacial, é, coordenação motora, tanto a fina como a global, tudo isso, e todos os fundamentos esportivos, é, é, questões de ritmos, de dança, de ginástica, a iniciação é na Educação Infantil nos Anos Iniciais. Depois no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, a gente vai trazer mais pra uma realidade da vida”. (Entrevistado 5, 2019).*

Como nos aponta Dias e Correia (2013), que o papel da educação em relação ao Ensino Médio, deve ser voltado a cidadania, e também para a preparação do trabalho a qual estará oferecendo condições aos alunos para posteriormente estarem ingressando em uma Universidade ou cursos profissionalizantes, tendo uma formação continuada e integral.

Ao experimentarem a prática da Educação Física, englobando todos os conteúdos existentes, estarão movimentando-se com diferentes intencionalidades, construindo experiências pessoais e também sociais com a cultura corporal de movimento, caminhando neste contexto, a área estará contribuindo na formação de jovens capazes de produzir e transformar essa cultura corporal de movimento (BRASIL, 2017).

### **CATEGORIA ANALÍTICA: TEORIA E PRÁTICA NA EDUCAÇÃO FÍSICA**

Por fim, a última categoria abordada é sobre a teoria e a prática na Educação Física Escolar, sendo categorizada após a leitura exaustiva das entrevistas, tornando-se relevante para a pesquisa. Como cita Moraes (2013), o professor deve ter um embasamento teórico-prático, a qual estará vinculado os conteúdos que serão aplicados na prática, dando um significado e trazendo sentido para o aluno. Desse modo, a teoria e a prática devem caminhar juntas, o qual estarão proporcionando uma aprendizagem significativa aos discentes.

De acordo com as falas dos entrevistados, podemos perceber que a maioria dos professores caminham neste sentido, entre teoria e prática, pois ressaltam que uma deve estar vinculada a outra. Um contraponto entre as falas, em que alguns relatam que a Educação Física é vista como só conteúdo prático, e outros que relatam que no Ensino Médio só visam a teoria, portanto, chegam a conclusão de que deve ter uma mediação, e trabalhar os dois aspectos.

*“Eu acho que tá dentro do, do correto assim, dentro do, do ideal, teoria, porque eu, eu não vou fazer nada prático sem eles saberem o porquê, então vai fazer uma análise cooper ali, vai entender o que é o consumo de vo2, o consumo de vo2 máximo, vai identificar uma frequência cardíaca máxima, vai analisar depois esses dados, então isso necessita de teoria, e ir lá mandar correr 12 minutos e depois ficar a Deus dará, eu acho que não é o objetivo, então precisa da teoria né [...]”. (Entrevistado 1, 2019).*

*“Oh, a Educação Física é um componente da Educação Básica, e ela tem que garantir, é, o acesso as práticas da cultura corporal, porque ela tem que ressignificar né, e oferecer instrumento de, de, que os alunos possam aprender*

*de uma forma crítica, mas apesar de tanto referencial teórico e as novas formas de organização da Educação Física, existe uma distância real entre o entendimento do papel da Educação Física e como ela realmente acontece na prática, e um não pode ser desvinculada da outra”. (Entrevistado 3, 2019).*

Há fala de dois entrevistados, que relatam gostar de trabalhar a teoria, mas que não deixam de aplicar a prática, pois ambas são fundamentais.

*“É, assim, eu gosto de trabalhar com teoria, na escola, como é uma instituição, é, a gente precisa aplicar uma prova teórica, então independente da forma como eu avalio, eu dou o conteúdo teórico e cobro esse conteúdo em prova, mas, eu vejo assim, eu costumo trabalhar meio a meio, talvez um pouco mais de prática do que teoria, talvez um pouco mais de teoria do que prática [...]”. (Entrevistado 5, 2019).*

*“Olha, eu acredito que fica igual, eu, eu trabalho, eu tento trabalhar bastante a teoria com eles, mas eu não deixo de trabalhar a prática, mas ainda há uma visão de que Educação Física é só prática né”. (Entrevistado 10, 2019).*

Já outros dois entrevistados relataram que aplicam mais a prática, até mesmo um deles sendo professor de colégio privado, relatou que a apostila não visa muito a parte teórica.

*“É, não, assim, de forma geral é mais prática, Educação Física acaba sendo mais prática, mas tem também a parte teórica que é trabalhado [...] mas Educação Física, eu dou enfoque mais prático realmente, e, só que também, as questões teóricas são um conexo com a prática”. (Entrevistado 6, 2019).*

*“Sim, agora é, voltando pela, pela apostila Y, lá é muito mais prática, certo, então a cada 4,5 aulas, é muito mais prática, na verdade seria uns 80% da parte prática, certo, e 20% na teórica, então como eu tava te dizendo, eles não visa no Fundamental e visa muito mais claro sim, é, a história, os, os fundamento né, na, na teoria, mas é, é, lá usa mais a prática mesmo, a teoria fica mais pro Ensino Médio, o Fundamental II, é quase 80, 90% prática, certo, 15% teoria, agora já no Fundamen, é, no Ensino Médio, aí já aí, é, quase meio a meio, 60 prática, 40 teórica, fica dessa forma, eles não visa muito a parte teórica”. (Entrevistado 8, 2019).*

De acordo com nossa área, é possível observar que é uma disciplina teórico-prática, e que não deve haver distinção entre elas, visto que devem andar em conjunto, pois estará complementando a aula como um todo, e assim, dando significado para o que está sendo proporcionado.

Há uma fala de um professor que atua em colégio privado, relatando que na apostila consta para aplicar mais aulas teóricas, mas ele não concorda com este seguimento, por isso acaba adaptando suas aulas.

*“É, igual eu falei, se a, se a gente for seguir a, a apostila, é 90, é 90% teoria né, mas eu acho que a gente não pode deixar perder, porque a Educação Física na verdade é pra movimentar mesmo, pra, pra, pra sair daqui e fazer uma atividade física, então eu procuro puxar mais pra esse lado, lógico que tem, tem as explicações, você vai trabalhar um funcional, você explica pra quê que serve, o que que “cê” tá fazendo e tal, mas eu procuro sempre tá dentro da prática”. (Entrevistado 9, 2019).*

Morais (2013) conclui que o professor deve propiciar aos alunos, o máximo de informações possíveis, e que isto possa evidenciar a importância das propostas que são apresentadas nas aulas, em que irão culminar em aprendizagens significativas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, segundo as informações coletadas em campo, foi possível observar que grande parte dos professores/as entrevistados/as tem um conhecimento superficial em relação ao documento, pois é um documento recente e relataram que não tiveram oportunidade para um melhor aprofundamento no assunto.

Buscamos identificar como eram organizados e construídos o planejamento didático em relação ao componente curricular Educação Física, e constatamos que a maioria dos/as professores/as utilizavam as Diretrizes Curriculares do Estado e os PCNs, alguns relataram fazer uso de apostilas por fazer parte do conselho interno do colégio privado. Notamos que não foi constatado se as apostilas eram referenciadas por algum documento, como a BNCC ou algum outro, os professores apenas relataram que segue a sequência da mesma.

Ao apontarmos sobre os conteúdos que deveriam ser abordados no Ensino Médio de Educação Física, metade dos/as entrevistados/as ressaltaram que deve ser questões relacionadas com a saúde, sendo aulas teórico-prático, pois uma estará complementando a outra. Outros professores ressaltam que devem ser priorizados questões que relacionem ao ENEM, a qual fará com que os alunos adquiram experiência para ingressarem a um nível mais alto de sua formação. É perceptível que alguns professores priorizam mais a teoria do que a prática no Ensino Médio, relatando que os conteúdos práticos já foram aplicados no Ensino Fundamental II, então no Ensino Médio eles dariam enfoque em um aprofundamento dos conteúdos já aplicados, mas enfatizando a teoria.

Segundo as informações coletadas no estudo em campo, foi possível constatar que de 10 professores/as entrevistados/as, apenas um/a professor/a começou a introduzir a Base Nacional Comum Curricular na construção do seu planejamento curricular, mesmo o documento sendo recente, porque por ele estar incluído no Programa de Residência Pedagógica e neste Programa o referencial utilizado é a BNCC, então já começou a implementar no seu conteúdo teórico e prático. Portanto, identificamos que quase 100% dos professores que atuam no Ensino Médio, não utilizam a BNCC como referência em suas práticas pedagógicas.

Podemos destacar através das análises realizadas que não há formação continuada voltada para o documento Base Nacional Comum Curricular em relação à área de Educação Física. A formação continuada pode influenciar na prática

pedagógica do professor, e isso pode ser um dos motivos a qual os professores ainda não utilizam a BNCC como referência, pois não tem nenhum aprofundamento em relação ao documento e em como planejar adequando as sistematizações propostas. Nota-se que os/as professores/as de colégio privado tem formação voltada a sequência da apostila, mas isso ocorre uma vez por ano. Nos colégios públicos, os/as professores/as deixam claro que as formações que ocorrem no âmbito escolar proporcionado pelo colégio, não abrange o componente curricular Educação Física.

Nas categorias estipuladas e analisadas nas falas dos/as entrevistados/as, destacamos que se tem um raso conhecimento sobre o documento Base Nacional Comum Curricular, não podendo culpar apenas os professores por não terem um conhecimento mais aprofundado sobre o assunto, pois houve falta de formações na área para subsidiar o conteúdo. Portanto, é de suma importância que outros estudos nesse viés sejam desenvolvidos, de modo que as limitações desse estudo possam ser contempladas. É imprescindível, que seja realizado um estudo que investigue as ações que estão sendo desenvolvidas em relação a formação continuada que seja voltada para a área de Educação Física.

Esse estudo traz a necessidade de compreendermos a importância de um planejamento, visto que se temos uma base a seguir, facilita o processo de construção. É fundamental ter-se um planejamento que possa contemplar o máximo de conteúdos possíveis, proporcionando muitas experiências aos discentes. Entretanto, aponto que não é apenas pela existência de um documento que irá permitir que os objetivos sejam alcançados, mas que deve haver participação efetiva de todos, professores, alunos, comunidade e também da escola. Deve ter um acompanhamento da equipe escolar diante esse planejamento, para que sejam seguidos uma sequência. O documento está contemplando conteúdos diversificados, podendo contribuir para o aprendizado.

Diante as coletas, foi possível observar que a Base Nacional Comum Curricular ainda não foi introduzida nas escolas, por ser um documento recente, mas acredito que devemos pensar, construir e trabalhar em conjunto, para que possamos propiciar bons resultados. Há uma escassez na formação continuada aos professores, voltada para a área de Educação Física, sendo que não tem como dar continuidade ou se aprofundar em algo recente que foi estabelecido, se não há ações que irão subsidiar o contexto. A área de Educação Física, algumas vezes é desvalorizada, e percebemos isso pelos relatos dos professores, onde não há nenhuma fala voltada para a disciplina nas reuniões escolares.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BOSSLE, Fabiano. Planejamento de ensino na educação física – Uma contribuição ao coletivo docente. **Movimento**. Rio Grande do Sul, v.8, núm.1, p.31-39, jan-abril, 2002. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1153/115318040004.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – Ensino Médio**, 2017. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC\\_EnsinoMedio\\_embaixa\\_site\\_110518.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – Segunda versão revista**, 2016. Disponível em: <<http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM)**, 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)**, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/enem-sp-2094708791>>. Acesso em: 01 de abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, Lei 9394/96, 2017. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parecer Homologado CNE/CP nº 11/2009**, 2009. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:DnsWHXsJz6MJ:www.sed.s.c.gov.br/documentos/ensino-89/ensino-medio-inovador-572/2693-parecer-cne-cp-n-11-2009-4598+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**, 2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Prova Brasil**, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/prova-brasil>>. Acesso em: 01 de abr. 2019.

CONSED. **Sobre o Consed**, 2019. Disponível em: <<http://www.consed.org.br/consed/consed/missao-e-objetivos>>. Acesso em: 16 set. 2019.

DIAS, Diogo Inacio, CORREIA, Walter Roberto. A Educação Física no ensino médio como objeto de estudo da produção acadêmico-científica nos periódicos nacionais. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v.27, núm.2, p.277-287, jun., 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/58567>>. Acesso em: 16 set. 2019.

FERREIRA, Janaína da Silva, SANTOS, José Henrique dos, COSTA, Bruno de Oliveira. Perfil de formação continuada de professores de Educação Física: modelos, modalidades e contributos para a prática pedagógica. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Rio de Janeiro, v.37, núm.3, p.289-298, jul-set, 2015. Disponível em: <<http://www.rbceonline.org.br/es-perfil-formacao-continuada-professores-educacao-articulo-S0101328915000566?referer=buscador>>. Acesso em: 16 set. 2019.

FONSECA, Marília. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Cadernos CEDES**. Campinas, v.29, núm.78, p.153-177, maio-ago, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622009000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622009000200002)>. Acesso em: 09 mai. 2019.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 4ª edição. São Paulo: Editora Loyola, [19--].

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 1997.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem?. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.36, núm.133, p.891-908, out-dez, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0101-73302015000400891&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-73302015000400891&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 18 jun. 2018.

MORAIS, João Carlos de. EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: Da prática à teoria. In: OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE. **Cadernos PDE, versão online**. V.1. Jacarezinho, p.1-19, 2013/2014. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2013/2013\\_uenp\\_edfis\\_artigo\\_joao\\_carlos\\_de\\_morais.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uenp_edfis_artigo_joao_carlos_de_morais.pdf)>. Acesso em: 16 set. 2019.

NEIRA, Marcos Garcia, SOUZA JÚNIOR, Marcílio. A Educação Física na BNCC: procedimentos, concepções e efeitos. **Motrivivência**, Florianópolis, v.28, núm.48, p.188-206, set, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2016v28n48p188/32570>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

NEIRA, Marcos Garcia, ALVIANO JÚNIOR, Wilson, ALMEIDA, Déberson Ferreira de. A primeira e segunda versões da BNCC: construção, intenções e condicionantes. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, núm.41, p.31-44, set-dez, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=eccos&page=article&op=view&path%5B%5D=6807&path%5B%5D=3374>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

RODRIGUES, Aneleyce Teodoro. Base Nacional Comum Curricular para a área de linguagens e o componente curricular Educação Física. **Motrivivência**, Florianópolis, v.28, núm.48, p.32-41, set, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2016v28n48p32/32560>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

ROSSI, Fernanda, HUNGER, Dagmar. As etapas da carreira docente e o processo de formação continuada de professores de Educação Física. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v.26, núm.2, p.323-338, abril-jun, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1807-55092012000200014&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1807-55092012000200014&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 20 dez. 2019.

SAYÃO, Marcelo Nunes, MUNIZ, Neyse Luz. O planejamento na Educação Física Escolar: um possível caminho para a formação de um novo homem. **Revista Pensar a Prática**. Rio de Janeiro, v.7, núm.2, p.187-203, jul-dez, 2004. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/95/90>> Acesso em: 16 abr. 2019.

SILVA, Monica Ribeiro da. Currículo, ensino médio e BNCC: Um cenário de disputas. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.9, núm.17, p.367-379, jul-dez, 2015. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/586/660>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

SILVA, Elaine Cristina, MOREIRA, Evandro Carlos. Planejando o trabalho docente. **Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (PROEF)**. Mato Grosso, 2018.

THOMAS, Jerry R., NELSON, Jack K., SILVERMAN, Stephen J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6ª edição. Porto Alegre: Artmed. 2012. p.478.

UNDIME. **Sobre a Undime**, 2019. Disponível em: <<https://undime.org.br/noticia/sobre-a-undime>>. Acesso em: 16 set. 2019.

## APENDICÊ A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada Base Nacional Comum Curricular e Educação Física: uma análise necessária para a docência. Esta pesquisa é coordenada pelo professor Dr. Eduard Angelo Bendrath, do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá - UEM/CRV. Sua participação é voluntária, isto é, você pode aceitar ou não participar da pesquisa, assim como tem o direito de desistir a qualquer momento sem que isto lhe traga qualquer prejuízo. Você não receberá nenhum pagamento para participar do estudo, mas também não haverá despesa alguma para sua participação. A sua participação ocorrerá por meio de uma entrevista que será gravada em áudio para posterior análise. As questões abordadas serão feitas com base nas suas opiniões sobre planejamento didático para a disciplina de Educação Física e o sobre o seu conhecimento sobre os conteúdos da Base Nacional Comum Curricular. Os riscos envolvidos fazem referência ao desconforto que algumas questões por ventura possam ocasionar. Porém você terá todo o direito de se recusar a responder ou de participar do estudo a qualquer momento. Todas as informações e dados preservarão o seu anonimato, seu nome ou qualquer outra forma de identificação não será revelado. As informações fornecidas por você serão somente para uso na pesquisa (pelos pesquisadores), não sendo comercializadas ou cedidas para outras finalidades ou pessoas. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta neste documento.

Eu, .....(nome do entrevistado por extenso) fui esclarecido sobre a pesquisa: (**Base Nacional Comum Curricular e Educação Física: uma análise necessária para docência sobre o Município de Ivaiporã – PR**) e estou de pleno acordo para que as informações que prestei na entrevista e que será utilizada somente para a análise das informações voltadas ao cumprimento do trabalho acadêmico.

Data: .....

Assinatura do entrevistado: .....

Eu, ..... (nome do pesquisador), declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa.

Data: .....

Assinatura do pesquisador: .....

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com os pesquisadores, conforme o endereço abaixo:

Pesquisador responsável: Prof. Eduard Angelo Bendrath / [bendrath@gmail.com](mailto:bendrath@gmail.com) / (43 991739548)

Discente orientanda: Amanda Thalia Marega / [amanda\\_marega@outlook.com](mailto:amanda_marega@outlook.com) / (43 984420356)

Endereço: Rua Mato Grosso, ap.07, nº960/ Ivaiporã- PR.

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM

Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. UEM-PPG-sala 4.

CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3011-4444

E-mail: [copep@uem.br](mailto:copep@uem.br)

## **APENDICÊ B: ROTEIRO DE ENTREVISTA**

### **ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA – Professores da área de Educação Física**

- 1)** Qual seu nome, idade e sua formação profissional?
- 2)** Em sua opinião, qual o papel da Educação Física na escola?
- 3)** Como você elabora o planejamento didático anual da sua disciplina?
- 4)** Em sua opinião, quais são os principais conteúdos que devem ser abordados no ensino médio em relação à Educação Física?
- 5)** Qual documento é utilizado para o planejamento das aulas de Educação Física?
- 6)** Você conhece o documento Base Nacional Comum Curricular?
- 7)** Como a escola prepara os professores (formação) para a utilização da Base Nacional Comum Curricular?
- 8)** Quais as expectativas positivas ou negativas em relação a Base Nacional Comum Curricular?
- 9)** Você prefere ter uma sistematização de conteúdos prontos (bncc, apostilamento, etc), ou prefere preparar as suas próprias sequencias didáticas que utiliza no dia a dia da escola?
- 10)** Como você classificaria os discursos teóricos e pedagógicos da Educação Física Escolar? Há muita teoria e pouca prática? Explique.